

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Nova tabela do frete será definida por setor em convenção coletiva.....	2
Título: Plano de incluir taxa de lucro não entusiasma empresários	4
Título: Com navios parados, Irã ameaça cortar importações	5
Título: Nova gestão do BNDES preocupa setor elétrico.....	7
Título: ANP estuda como dar mais opções a consumidor de gás	9
Título: Curtas	10
Título: O novo mercado de gás	11
Título: Royalties do petróleo crescem e enriquecem cidades fluminenses.....	13
Título: Região dos Lagos aposta em obras públicas para crescer	16
Título: Sunew lidera nova tecnologia em energia solar	19
Título: Curta.....	22
Título: Neoenergia lucra R\$ 1 bilhão no semestre	22
Título: Encomendas da ABB no Brasil crescem puxadas por energia e transmissão	24
Título: Retomada será mais lenta na indústria, diz WEG	26
Título: BR atinge maior preço desde fim de 2017	27
Título: Petrobras perde processos de R\$ 7,9 bi no Carf.....	29
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	31
Título: Privatização da BR Distribuidora cria modelo de negócios inédito no Brasil	31
Título: Petrobrás vende polos por US\$ 1,5 bi	33
Título: Suave, a vida	33
Título: Irã ameaça suspender importações do Brasil se Petrobrás não abastecer navios.....	34
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	35

Título: Petrobras perde controle do conselho da BR Distribuidora	35
Título: Empresa se valoriza em 75% desde a abertura de capital.....	37
Título: Petroleira leva R\$ 5,7 bi com venda de ativos de exploração e produção	38
Título: Irã ameaça suspender importações de produtos do Brasil	39
VEÍCULO: O Globo.....	40
Título: Governo tentará acordo sobre frete com cada setor	40
Título: Gás de cozinha deve ficar mais caro na compra fracionada.....	42
Título: Previ e Opportunity ampliam participação na BR.....	44
Título: Venda atrai investidores estrangeiros	45
Título: A vez de Salim Mattar	47
Título: CUSTO ESTATAL	48
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	48
Título: Privatizada, BR se valoriza.....	48

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Nova tabela do frete será definida por setor em convenção coletiva

Para conter a nova ameaça de greve dos caminhoneiros, o governo definiu que a nova tabela de frete rodoviário será fechada na próxima semana em mesas de negociação entre caminhoneiros autônomos, setores produtivos e transportadoras. Os novos valores do frete serão acertados em tratativas setorializadas, para cada um dos 11 tipos de cargas transportadas.

O acordo com os três segmentos foi costurado pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, nos últimos dois dias. Ao deixar a reunião com o ministro, os caminhoneiros autônomos já informavam que será feita uma espécie de "convenção coletiva" para cada modalidade de carga, como graneis

sólidos, líquido, carga perigosa, frigorificada, entre outras. As condições do acordo deverão ser revisadas ano a ano.

"Isso nos garante a recompensa pelo nosso trabalho", disse Norival de Almeida, representante da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), após reunião com o ministro.

As novas reunião serão realizadas na próxima semana, entre os dias 29 e 31 deste mês. A saída proposta pelo ministro deve garantir a remuneração dos caminhoneiros sem a imposição unilateral de uma "taxa de lucro" sobre o custo mínimo do frete pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Com a estratégia, o governo espera afastar o risco de novos pedidos de liminares do setor produtivo.

"Acho que a gente começa a criar uma cultura de negociação de mercado, de solução de mercado para o estabelecimento da justa remuneração. Acho que todo mundo saiu satisfeito. Vamos fechar esse acordo na semana que vem, setor por setor", afirmou o ministro a jornalistas.

A expectativa da categoria é de que a solução proposta pelo ministro garanta a margem de lucro do transportador autônomo. A nova tabela não incluía a receita dos caminhoneiros no cálculo do custo mínimo do frete, o que deveria ser resultado da livre negociação entre as partes.

O ministro reconheceu ontem que os valores cobriam apenas os custos operacionais. "Agora, a tabela elaborada pela Esalq se torna uma grande referência", afirmou, mencionando a consultoria contratada pela ANTT para elaborar a metodologia.

Freitas afirmou que o Ciot, cadastro de caminhoneiros autônomos, usado pela ANTT para fiscalizar o cumprimento da tabela do frete, deixará de existir. "Ele servia para dar uma condição especial para os autônomos. Com o acordo coletivo, o Ciot não tem mais razão de existir", disse.

Ao suspender a nova tabela, a diretoria da ANTT já havia sinalizado que a margem de lucro era um dos pontos de desacordo da categoria. O diretor Davi Barreto chegou a dizer que, sem a previsão de margem de lucro, o transportador não receberia pela entrega da carga e a própria operação do serviço seria inviabilizada.

Ontem pela manhã, Freitas recebeu representantes dos transportadores de carga para discutir a definição da nova tabela de frete. O segmento é formado por empresas que possuem frota própria, mas costumam recorrer aos caminhoneiros autônomos para atender às demandas de grandes contratos.

Ao sair de reunião, o presidente da Associação Nacional do Transporte de Carga e Logística (NTC), José Hélio Fernandes, chegou a defender a busca de consenso entre os setores sobre a tabela. Nos instantes seguintes, admitiu que o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) "seria o ideal".

"[A decisão do Supremo] tira a insegurança jurídica. É o que nós queremos", afirmou a jornalistas após a reunião do ministro com os transportadores. O STF marcou para o dia 4 de setembro o julgamento sobre a constitucionalidade da política nacional de frete rodoviário, instituída no ano passado após a greve dos caminhoneiros. A corte tem três ações diretas de inconstitucionalidade contra a tabela de frete.

A nova tabela foi suspensa após os caminhoneiros reclamarem que os valores foram reduzidos de 30% a 50% em relação aos preços mínimos atuais. Os valores foram publicados na última quinta-feira, entrando em vigor no sábado. Três dias depois, os novos valores deixaram de valer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Cristiano Zaia | De Brasília

Título: Plano de incluir taxa de lucro não entusiasma empresários

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, propôs a entidades do setor produtivo, transportadoras e caminhoneiros voltar a publicar a tabela de frete desenvolvida pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo - divulgada na semana passada e suspensa após decisão colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) - com o acréscimo de uma "taxa de lucro", como antecipou ontem o **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**.

A ideia é que as taxas variem conforme o trecho percorrido e o setor. Pela proposta, que surgiu dos caminhoneiros autônomos, as empresas contratantes de frete fariam uma mediação com lideranças dos transportadores, em torno da ideia da taxa de lucro. Freitas apresentou a sugestão em reunião com os embarcadores na terça-feira.

Os embarcadores, de diferentes segmentos como combustíveis, bebidas, indústria e agronegócio, ficaram de responder se aceitam a taxa em uma reunião ainda sem data marcada.

Ontem, Freitas comunicou representantes e dirigentes sindicais do movimento dos caminhoneiros que o governo apoia a ideia de um lucro adicional à tabela e procurou colher sugestões do setor.

A proposta, no entanto, não foi bem-recebida, à primeira vista por entidades de classe empresarial, contrárias por princípio ao tabelamento. O setor produtivo argumenta que o tabelamento não funcionou ao intervir numa lógica de mercado. O Ministério da Agricultura também desaprovou a ideia. Segundo uma fonte graduada da pasta, a medida não logrará êxito e deve encarecer mais ainda o custo com transporte do setor de agronegócios.

"É uma ideia de difícil operação, mas temos que ver como vai ser negociado pelo governo", diz um empresário que participou das reuniões com Freitas

Há até um temor, entre os embarcadores, de que o imbróglio em torno do tabelamento de frete não seja resolvido e a tabela em vigor desde o ano passado seja mantida até o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), marcado para 4 setembro. Na ocasião, o STF vai decidir se considera ou não inconstitucional o tabelamento, a partir de três ações movidas por entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

No fim da semana passada, o governo publicou uma tabela encomendada à Esalq, que passou por um amplo debate por meio de audiências públicas em diversas cidades, e vinha sendo considerada mais equilibrada tanto por caminhoneiros quanto por embarcadores. O fato de a tabela trazer valores de frete até 50% menores no caso das cargas a granel, no entanto, desagradou os autônomos.

Fora as negociações em torno da tabela, as empresas contratantes de frete ainda apoiam uma emenda na Medida Provisória da Liberdade Econômica, que prevê anistia das multas por descumprimento da tabela de frete até uma decisão do STF.

A proposta foi incluída pelo relator na comissão especial da MP, o deputado ruralista Jerônimo Goergen (PP-RS). Seu parecer foi aprovado dessa forma pela comissão antes do recesso do Legislativo e ainda precisa passar pelos plenários de Câmara e Senado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Luiz Henrique Mendes e Cristiano Zaia | De São Paulo e Brasília

Título: Com navios parados, Irã ameaça cortar importações

O imbróglio envolvendo os navios iranianos que estão parados no porto de Paranaguá (PR) há mais de 50 dias devido à recusa da Petrobras em abastecer

as embarcações escancarou os desafios para manter o fluxo de exportações para o Irã, um país importante para a balança comercial.

A confusão, que foi judicializada e está no Supremo Tribunal Federal (STF), levou o embaixador do Irã em Brasília, Seyed Ali Saghaeyan, a fazer duras declarações, ameaçando suspender as importações de produtos brasileiros se o problema dos navios não for solucionado.

No primeiro semestre, o país persa representou o quarto maior superávit comercial do Brasil, só atrás de China, Holanda e Panamá, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Entre janeiro e junho, o superávit com o Irã chegou a US\$ 1,7 bilhão.

Em razão das sanções americanas ao país do Oriente Médio, os brasileiros só exportam produtos agropecuários ao Irã (basicamente, soja, milho, carne bovina e açúcar). No primeiro semestre, as exportações desses produtos renderam US\$ 1,9 bilhão, conforme dados da Secex compilados pelo Ministério da Agricultura.

Tecnicamente, os alimentos estão fora das sanções aplicadas por Washington. O problema é que os iranianos enfrentam muitas dificuldades para ter acesso a moedas fortes, o que levou Teerã a incentivar operações de troca, afirmou ao **Valor** uma fonte do governo que acompanha os desdobramentos.

O caso dos dois navios parados em Paranaguá joga luz sobre o problema das trocas de mercadorias. Embora essa não seja a justificativa para a Petrobras se negar a abastecer as embarcações - os navios de bandeira iraniana, que vieram ao Brasil carregando ureia, estão na lista de sanções dos Estados Unidos -, o Irã não terá muitas opções que não o escambo para viabilizar a importação de alimentos.

Ocorre que uma das opções do Irã seria oferecer ureia (usada como fertilizante) como forma de pagamento aos brasileiros, mas o produto também está na lista de sanções dos Estados Unidos, observou uma fonte. Nesse cenário, Brasília e setor privado teriam de negociar uma espécie de permissão ("waiver") dos Estados Unidos para aceitar esses produtos. "O espírito das sanções seria mantido, porque a motivação é humanitária. Para exportar alimentos", argumentou.

Para o agronegócio brasileiro, a manutenção das exportações é relevante. No caso do milho, o Irã é o principal mercado, representando cerca de 30% dos

embarques totais. No primeiro semestre, as exportações brasileiras de milho ao Irã renderam US\$ 470 milhões.

O país persa também é estratégico para os frigoríficos, que direcionam cortes do dianteiro pouco demandados no mercado nacional. Neste ano, o Irã aparece como o terceiro maior importador de carne do Brasil, se consideradas as compras feitas por via indireta.

Como o **Valor** já informou, parte da carne bovina destinada à Turquia e Emirados Árabes Unidos é destinada, na verdade, ao Irã - a carga vai de caminhão para o país persa. Essa é uma das estratégias para contornar as sanções ao Irã, mas a escalada do conflito diplomático com os EUA vem dificultando até essa opção.

Em relação à Brasília, as relações com o Irã tiveram um ponto de atrito ontem, com as declarações do embaixador. No Ministério da Agricultura, no entanto, as falas de Saghaeyan foram minimizadas. "Seria um desastre, mas não acreditamos em retaliação", disse uma fonte da pasta. "É um pouco de chantagem. A solução é vir outro navio iraniano para abastecer", disse a mesma fonte. Na avaliação do setor, o Irã tem poucas alternativas para substituir a carne e os grãos brasileiros. **(Colaborou Fernanda Pressinott, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Nova gestão do BNDES preocupa setor elétrico

Representantes do setor de energia elétrica estão preocupados com relação às diretrizes da nova gestão do BNDES, comandado agora por Gustavo Montezano. Especialistas e executivos da indústria ouvidos pelo **Valor** temem que medidas como "abrir a caixa-preta" do banco, em referência à investigação de supostas irregularidades na concessão de financiamentos em gestões anteriores, tirem o foco de um dos papéis históricos da instituição de fomentar a expansão da oferta de energia.

De 2003 a 2018, o BNDES apoiou 635 projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, além de eficiência energética, totalizando R\$ 215 bilhões. O valor representa pouco mais de 58% do total investido nesses empreendimentos, R\$ 368,9 bilhões.

A partir do governo Michel Temer, porém, o banco reduziu sua participação no apoio ao setor elétrico. Ao assumir neste ano, o governo Jair Bolsonaro manteve o objetivo de estimular o mercado de capitais e o mercado financeiro para financiarem a expansão do mercado de energia.

Segundo a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Elbia Gannoum, o mercado de capitais hoje ainda é pouco desenvolvido para financiar projetos de longo prazo. As debêntures de infraestrutura, explicou, são um mecanismo interessante, porém atendem no máximo a 10% do valor do investimento do projeto. Além disso, em geral, esses papéis têm prazo de até dez anos, quando os empreendimentos do setor demandam pelo menos 15 anos de financiamento.

"É preciso primeiro ter um mercado de capitais desenvolvido, para depois reduzir a participação do BNDES [no setor]", disse Elbia, defendendo uma transição gradual do apoio do banco estatal para as instituições privadas.

Diretora da área de desestatização do BNDES no governo Fernando Henrique Cardoso, Elena Landau concorda que o setor de infraestrutura ainda precisa de apoio de um agente como o banco de fomento, porque o mercado de capitais ainda não é completamente desenvolvido. Ela, porém, critica a forma como a instituição foi usada anos atrás, financiando empreendimentos com taxas subsidiadas.

A especialista disse não ver intervenção política no BNDES hoje. Segundo ela, é natural que o governo defina as diretrizes do banco. Mas o mais importante, pontuou, é que o banco se prepare para o novo cenário de transição energética. "Qual vai ser o papel do banco na nova economia? E na transição energética?"

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, professor Nivalde de Castro, a recessão enfrentada pelo país em 2015 e 2016 reduziu o número de novos projetos de infraestrutura de energia e, consequentemente, diminuiu o volume de desembolsos do BNDES. Esse fator gerou uma falsa impressão de que o banco teria reduzido sua relevância no setor.

"Com a demanda baixa [de projetos] por causa da crise, não se percebe a importância do banco", afirmou. "O papel do BNDES não é pontual. É estratégico. Basta ver o que já foi feito de 2000 para cá. Sem ele, o setor elétrico não teria condições de atender a demanda por energia do país."

Em 2018, os desembolsos totais do BNDES caíram pelo quinto ano consecutivo, para R\$ 69,3 bilhões, quase um terço do patamar de R\$ 190,4 bilhões observado

em 2013. Na mesma comparação, os desembolsos apenas para o setor de energia caíram de R\$ 27,6 bilhões para pouco mais da metade, R\$ 16,2 bilhões.

"O ritmo de desembolsos caiu porque a economia não cresce", completou Elena Landau.

Segundo Castro, como forma de atuar sua ampliação, o BNDES pode buscar apoiar negócios bilaterais no setor elétrico, como o financiamento de projetos de geração desenvolvidos exclusivamente para atender consumidores no mercado livre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: ANP estuda como dar mais opções a consumidor de gás

Para além do programa de abertura do mercado de gás natural, com foco no aumento da competitividade industrial, o governo prepara também um pacote de medidas para flexibilizar a comercialização dos botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP), o gás de cozinha. A expectativa é que o assunto seja objeto de uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em agosto. Em paralelo, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) estuda hoje uma longa pauta de medidas para "dar mais opções ao consumidor", disse ontem o diretor-geral do órgão regulador, Décio Oddone.

A ANP avalia iniciativas como a permissão para que o cliente encha de forma parcial o botijão, sem ser obrigado a comprar o cilindro cheio, e a permissão para a venda de botijões sem a marca do distribuidor. Hoje, uma distribuidora não pode encher o botijão de uma marca diferente da sua. Esse modelo é entendido como uma barreira à entrada de novos agentes que não possuem uma infraestrutura consolidada no mercado brasileiro, para operar essa troca de cilindros com os concorrentes. De acordo com dados da agência, o Grupo Ultra lidera o mercado de distribuição, com 23,51% de participação, seguido por Liquegás (21,38%) e Supergasbras (20,13%).

"A retroca de botijão custa dinheiro. [A flexibilização] Vai aumentar a competição. A marca, hoje, é uma reserva de mercado", disse Oddone. "O modelo do mercado de GLP hoje é engessado e restritivo", afirmou.

O diretor-geral da ANP também destacou que o órgão regulador estuda uma resolução para liberar o GLP para outros usos (hoje o combustível não pode ser usado para aquecimento de saunas, piscinas e para motores a explosão) e outras medidas como a instalação de chips nos novos botijões. O objetivo, nesse

caso, é ajudar no combate à informalidade e crimes associados à lavagem de dinheiro e controle e milícias sobre a revenda.

Ainda na esfera do CNPE, o governo avalia acabar com os preços diferenciados do botijão de gás de 13 quilos. O produto é vendido pela Petrobras a preços mais baratos do que o mesmo gás comercializado para indústrias e comércio, por força de uma resolução de 2005 do conselho. O fim da diferenciação dos preços é a condição primária para atração de investimentos na infraestrutura de abastecimento do setor.

Em paralelo, a ANP pretende concluir até o fim de agosto uma análise sobre o modelo de precificação da Petrobras para o GLP. Oddone explicou que a Petrobras precifica hoje o gás com base no mercado europeu, mas importa sobretudo dos Estados Unidos. Se a ANP entender que precificação da estatal não segue as "práticas adequadas", o órgão regulador acionará o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), disse Oddone.

Algumas das propostas da ANP enfrentam resistência das distribuidoras. Na avaliação do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás), a venda fracionada de GLP e o fim da marca não garantirão a queda dos preços do botijão de gás para os consumidores.

"O GLP é um produto de escala. Qualquer produto vendido em menor quantidade, seja ele um botijão, seja ele um cream cracker, é mais caro por quilo. Além disso, o enchimento fracionado exigiria o desenvolvimento de novas embalagens, que podem custar entre 50% e 120% mais caro", afirma o presidente do Sindigás, Sérgio Bandeira de Mello.

O Sindigás também questiona a proposta de permitir a venda de botijões sem a marca do distribuidor. Bandeira de Mello destaca que é a marca estampada nos cilindros que permite identificar as empresas responsáveis por eventuais não conformidades.

O advogado José Roberto Faveret, sócio do escritório Faveret Lampert, vê como positiva a iniciativa da ANP de rever a regulação, na direção de um mercado mais liberalizado. "A regulação do mercado de combustíveis no Brasil foi ao longo do anos virando um labirinto jurídico que eleva o custos das empresas. A ANP está fazendo uma reflexão sobre sua regulação, para simplificá-la", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Consumo de energia

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) reduziu, de 3,4% para 2,7%, a previsão de crescimento da carga (consumo mais perdas) de energia em 2019, em relação ao ano anterior, informou há pouco o órgão. O operador estima agora que a carga este fique em 68.338 megawatts (MW) médios, ante a previsão anterior de 68.827 MW médios. Os dados fazem parte da segunda revisão quadrimestral da carga, divulgada pelo ONS, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Opinião

Autor: Alexandre da Silva

Título: O novo mercado de gás

O Novo Mercado de Gás (NMG) é um plano para ampliar a concorrência no mercado brasileiro de gás natural por meio da liberalização nos três segmentos de sua cadeia produtiva: upstream (produção, escoamento e processamento), midstream (gasodutos de transporte) e downstream (gasodutos de distribuição nos Estados).

Hoje, além de se constituir em um monopólio (único comprador) no upstream, esse mercado possui empresa dominante com controle da capacidade de transporte e uma estrutura regulatória sem incentivos à eficiência no downstream. Essa concentração de mercado leva à estagnação e a preços pouco competitivos, com o Brasil apresentando-se como um dos países com maior preço de gás natural, chegando recentemente (para consumidores industriais) até US\$ 14 MM/Btu, enquanto o preço médio em países da Europa foi cerca de US\$ 8,8 /MMBtu e, nos EUA, US\$ 3,9 /MMBtu.

Há um conjunto de oportunidades convergentes para acreditarmos que a aludida liberalização ocorrerá, especialmente considerando os seguintes fatores: i) recentes descobertas de gás natural no pré-sal; ii) após uma negociação de mais de cinco anos, resolução do acordo de cessão onerosa, cujo excedente será licitado em novembro deste ano; iii) foco estratégico da Petrobras em exploração e produção (E&P) em águas profundas, visto haver maior necessidade de investimento para explorar essas oportunidades no pré-sal; iv) interesse da Petrobras em celebrar termo de compromisso com o Cade; v) Programas de Fortalecimento das Finanças Estaduais (PFE) e de Equilíbrio

Fiscal (PEF) para destinar recursos para Estados, incentivando-os a modernização regulatória focada em eficiência.

Dito isso, como se dará então o "choque de energia barata", divulgado pelo ministro Paulo Guedes? Ocorrerá por meio de ações simultâneas - recomendadas em resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e detalhadas no termo de compromisso entre Cade e Petrobras - nos três segmentos da cadeia produtiva do gás natural.

Essas ações serão, nos próximos meses, reforçadas por outras no Congresso Nacional, a fim de que as medidas infralegais propostas à atual empresa dominante no setor (Petrobras) sejam aplicadas a qualquer outra empresa, impedindo que surjam monopólios privados no setor nacional de gás natural, reforçando, também, a segurança jurídica das medidas infralegais.

No upstream, a ideia é que esse conjunto de ações infralegais provisionem às cerca de 30 empresas potenciais ofertantes de gás no alto-mar brasileiro acesso aos gasodutos de escoamento, a Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs), gasodutos de escoamento e aos terminais de regaseificação da empresa dominante. Atualmente, a empresa dominante compra a molécula por algo em torno de U\$ 1 a 2 MM/Btu, mas este chega nos dutos de transporte em aproximadamente U\$ 7 a 8 MM/Btu.

Estudos do Ministério da Economia indicam crescimento no PIB industrial na ordem de 10,5% no ano

Com a competição advinda do acesso de várias empresas aos dutos, espera-se substancial queda nessa diferença de preços. No jargão econômico, a expectativa é que esse segmento da cadeia do gás passe a funcionar com um preço competitivo em vez do atual preço de monopólio.

No midstream, que é um monopólio natural, a recomendação do CNPE é que a empresa dominante defina suas demandas nos pontos de entrada e saída dos dutos de transporte, possibilitando a oferta de serviços adicionais de transporte na capacidade remanescente/ociosa, que é estimada em cerca de 30%. Há de se destacar que o desinvestimento da Petrobras nesse segmento é algo inerente ao próprio plano de negócios da empresa, redefinindo sua estratégia mercadológica, que passa a focar em E&P em águas profundas. De fato, no transporte, o NMG propriamente foca na liberação da capacidade remanescente dos dutos.

No downstream, que também é um monopólio natural, sabe-se que os modelos tarifários praticados por distribuidoras estaduais não trazem incentivos à eficiência. Várias delas remuneram o capital investido com taxas de até 20% ao

ano, não havendo qualquer associação ao custo de oportunidade do capital, como usualmente é feito quando se considera metodologias como o WACC e o CAPM. Além disso, remuneram-se os custos operacionais em até 20% ao ano, incentivando o aumento dos custos em vez da eficiência operacional. Ainda há aquelas que, feitas essas contas, dividem o total por 0,8, aumentando, adicionalmente, em 25% a tarifa.

Nesse sentido, dentro das regras de mercado, sem qualquer quebra contratual, o governo federal incentivará, por meio do PEF e do PFE, os grandes consumidores para adquirir a molécula de comercializadores e produtores, permanecendo a obrigação de remunerar a distribuidora pelo serviço que presta (uso da rede de distribuição), mas com a fixação de tarifas que possuam racionalidade econômica.

Acredita-se que essa maior liberdade aos grandes consumidores ocorrerá naturalmente, por meio da competição entre os Estados, pois aqueles que modernizarem sua regulação terão maior volume de negócios, inclusive com maior comercialização nas distribuidoras, servindo como espelho para os outros. Porém, se houver necessidade de revisão contratual que traga algum prejuízo para a distribuidora, tal alteração será compensada por meio de reequilíbrio financeiro, que pode ser financiado com recursos do PFE.

Portanto, com as estratégias descritas, vislumbra-se um NMG com benefícios para a economia brasileira. Por exemplo, estudos do Ministério da Economia indicam crescimento no PIB industrial na ordem de 10,5% no ano e efeitos positivos nos anos seguintes, caso haja redução de 50% no preço da energia, destacando-se que a intensidade com que o preço caminhará para um preço competitivo depende da implantação das medidas elencadas, que terão um monitoramento de várias instituições - coordenadas pelo **Ministério de Minas e Energia**.

Alexandre Manoel Angelo da Silva é economista do Ipea e exerce o cargo de secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria na Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Especial

Autor: André Ramalho | De Maricá (RJ)

Título: Royalties do petróleo crescem e enriquecem cidades fluminenses

O embate entre Estados e municípios produtores e não produtores sobre o direito aos royalties do petróleo e do gás natural deve voltar à pauta do

Supremo Tribunal Federal (STF), em novembro, em meio a expectativas de crescimento das receitas petrolíferas nos próximos anos. Segundo projeções da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a previsão é que, depois de bater o recorde de R\$ 10,95 bilhões em 2018, a arrecadação dos municípios com royalties e participações especiais cresça 12% em 2019, para R\$ 12,3 bilhões, e 33% até 2023, para R\$ 14,5 bilhões.

O cenário de abundância, contudo, não será realidade para todos. Levantamento feito pelo **Valor** com base em previsões oficiais da ANP mostra que 58% das cidades brasileiras que recebem royalties do petróleo terão pela frente alguns anos de queda na arrecadação. Enquanto os municípios fluminenses vão vivenciar um crescimento de 32% nas receitas petrolíferas, a projeção sugere um declínio na renda sobre a produção de óleo e gás em cidades paulistas e capixabas.

Esse cenário não é irreversível. Existe uma expectativa de que o desenvolvimento de novos campos no pré-sal possa voltar a reforçar o caixa paulista no futuro. Estudo da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) destaca que a entrada em operação do campo de Carcará, operado pela norueguesa Equinor, na Bacia de Santos, "deverá reforçar a posição do Estado de São Paulo como importante polo produtor". O projeto é estimado para entre 2023/2024. Além disso, novas descobertas podem eventualmente contribuir para reverter o quadro.

A realidade dos cofres municipais é, de uma forma geral, muito desigual no que diz respeito às receitas do petróleo. Apenas 16,7% dos 5.570 municípios do país recebem royalties, como compensação financeira pela produção e movimentação de óleo e gás. Entre os beneficiários, há cidades que recebem mais de R\$ 1 bilhão por ano, como Maricá e Niterói, no Rio de Janeiro. Quase metade dos 932 municípios que recebem royalties, porém, deve fechar o ano com receitas petrolíferas inferiores a R\$ 50 mil.

"O sistema hoje hierarquiza demais a distribuição. A distância é muito grande entre os municípios que recebem mais e os que recebem menos. É um desastre do ponto de vista do planejamento do desenvolvimento nacional. Os municípios, em geral, não produzem medidas de longo alcance territorial", comenta o professor do programa de Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Cândido Mendes (UCAM), José Luis Vianna da Cruz. As diferenças na ordem de grandeza das arrecadações estão entre os principais argumentos de quem defende a divisão mais igualitária dos recursos.

Royalties e participações especiais (que incidem apenas sobre os campos de maior produtividade) são compensações financeiras pagas pelas petroleiras à União, aos Estados e municípios. Os principais beneficiários desses recursos são

municípios que confrontam com os poços produtores (estão dentro da área de influência desses poços e são enquadrados, portanto, dentro da zona de produção principal). Cidades limítrofes a essas regiões também são compensadas, em proporções menores, bem como municípios que abrigam instalações de movimentação de óleo e gás, como dutos e bases de embarque e desembarque.

Os principais beneficiários estão localizados, hoje, no Rio de Janeiro, cujo litoral se confronta com os principais campos do pré-sal da Bacia de Santos e do pós-sal da Bacia de Campos - as duas maiores fronteiras de produção do país.

Os critérios de repasse de royalties criaram impasse em 2012, quando o Congresso aprovou a Lei 12.734 - que alterou as regras de redistribuição e reduziu as transferências para os Estados produtores em favor dos demais. Temendo a perda de receitas bilionárias, o governo do Rio logo recorreu ao STF e, em 2013, por meio de uma liminar da ministra Carmen Lúcia, os efeitos da lei foram suspensos. O assunto, agora, está na agenda da corte para novembro.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) encabeça a defesa pela distribuição mais igualitária e faz pressão política para que o Supremo retome as discussões sobre o assunto. A entidade defende que todos os municípios sejam contemplados com recursos provenientes da produção de óleo brasileira. A CNM calcula que mais de R\$ 50 bilhões deixaram de ser distribuídos para regiões não produtoras, entre 2013 e 2018.

Na ação direta de inconstitucionalidade, o governo fluminense sustenta que a mudança na lei fere o pacto federativo originário da Constituição de 1988, que prevê a cobrança do ICMS sobre o petróleo no destino - e não na origem, o que prejudica os Estados produtores, como o Rio. A ação também defende que o novo regime jurídico não pode afetar concessões futuras, sob o risco de comprometer as expectativas de geração das receitas. O governo do Rio diz que uma eventual perda dos royalties levaria o Estado a uma situação de insolvência financeira.

A Associação Brasileira dos Municípios com Terminais Marítimos e Fluviais para Embarque e Desembarque de Petróleo e Gás Natural (Abramt) também defende a manutenção das regras, sob a alegação de que o royalty, por definição, se trata de uma compensação financeira a Estados e municípios que abrigam as atividades de extração e que sofrem os seus impactos diretos.

"O assunto é tratado de forma equivocada. Os royalties são uma ferramenta compensatória pelos riscos ambientais inerentes à indústria petrolífera. Ninguém fala em redistribuir os royalties da hidrelétrica de Itaipu, das barragens ou do minério. Se o município que abriga um terminal não é compensado por

isso, faz sentido eu querer então que uma base não seja instalada no meu município", diz o presidente da Abramt, Pierre Emerim. Prefeito de Imbé (RS), ele calcula que os royalties da cidade devem cair para a menos de um sexto do que são hoje, para cerca de R\$ 300 mil/mês, se a liminar cair.

Para o professor Vianna da Cruz, a lei de 2012, que muda os critérios de distribuição, cai "no outro extremo". Ao dividir os royalties entre todos os municípios, diz, corre-se o risco de se "evaporarem os recursos", sem impactos substanciais para nenhuma cidade. "É um erro municipalizar recursos desse tamanho. A administração desses recursos deveria ficar no nível territorial macro-regional", afirma.

A ANP esclarece que as projeções são feitas com base nas informações enviadas pelas empresas, mas que os dados de curva de produção são sigilosos. As estimativas levam em consideração, além dos volumes de produção, os seguintes dados: preços de referência projetados para o petróleo e o gás natural, taxas de câmbio, alíquotas dos campos produtores, receita líquida apurada pelas empresas para os campos e decisões judiciais. As projeções da ANP tomam como base um preço do barril do petróleo a US\$ 67 durante o período e o dólar a R\$ 3,81 em 2019, R\$ 3,78 em 2020, R\$ 3,81 em 2021, R\$ 3,86 em 2022 e R\$ 3,91 em 2023.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Especial

Autor: André Ramalho | De Saquarema (RJ)

Título: Região dos Lagos aposta em obras públicas para crescer

Nenhum lugar em todo o Brasil vai vivenciar um crescimento tão expressivo nas receitas petrolíferas como a Região dos Lagos, no Estado do Rio. Encabeçada por Saquarema, a região - que reúne sete cidades banhadas por praias e lagunas com vocação turística - verá sua arrecadação de royalties e participações especiais mais que dobrar em quatro anos.

Segundo projeções da ANP, a expectativa é que, juntas, Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, Saquarema e São Pedro da Aldeia vejam suas receitas com petróleo saltar de R\$ 760 milhões em 2019 para R\$ 1,6 bilhão em 2023. Com redes de saneamento deficientes e índices de educação abaixo da média nacional, essas cidades terão oportunidades de melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e não repetir a experiência dos municípios do Norte Fluminense, que também passaram por

momentos de bonança com o petróleo nas últimas décadas, mas não traduziram o dinheiro em transformações sociais e diversificação da economia.

Próxima à Região dos Lagos, Maricá, na região metropolitana do Rio, já convive com as transformações do petróleo. Cidade com maior receita de royalties do país, ela tornou-se um grande canteiro de obras. A prefeitura tem como meta asfaltar 350 quilômetros de ruas em 2019. Bairros inteiros vão sendo pavimentados, muitos antes mesmo das obras de saneamento básico, uma das principais carências da cidade. Maricá até criou uma sociedade de economia mista para investir na rede de esgoto, restrita a 4% da população.

Outras obras estão em andamento. Os investimentos vão desde um quebra-mar a novas orlas, escolas e hospitais. Algumas são polêmicas. É o caso do Hospital Municipal Che Guevara, alvo de um abaixo-assinado a favor da mudança de nome e cuja construção tem atrasado. Após investimentos de R\$ 40 milhões nas obras civis e a estrutura externa praticamente pronta desde 2016, o empreendimento ainda não foi inaugurado, à espera de certificações e da construção da estação de tratamento de esgoto.

Com orçamento de R\$ 2,5 bilhões, sendo quase 70% oriundo do petróleo, o município aposta em obras públicas para dinamizar a economia, mas vê sinais de investimento privado. "O comércio sempre foi muito fraco. É uma economia fraca que está em processo de maturação. Existe uma expectativa de aumento no fluxo de pessoas com o início das operações do aeroporto da cidade. Existem conversas para shoppings e rede hoteleira", comenta o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Maricá, Paulo Cesar dos Santos.

Maricá investiu cerca de R\$ 10 milhões na revitalização do aeroporto, que servirá como base para transporte de empregados das plataformas da Petrobras. Neste ano a prefeitura assinou memorando de entendimento com a italiana Leonardo para criação de um centro para a manutenção e serviços para helicópteros.

"Os royalties vão ajudar a impulsionar a economia da cidade. Saindo o porto de Ponta Negra [da DTA Engenharia, cujo processo de licenciamento é contestado pelo Ministério Público], a cidade muda de patamar", afirma Sergio Brandão Marins, sócio-fundador da SGGC Participações, que tem planos de investir R\$ 100 milhões num shopping. "Estamos esperando apenas os sinais de recuperação do varejo. As perspectivas para Maricá são muito animadoras. Vamos fazer [o shopping]. É questão de definir o timing: agora ou 2020."

A vizinha Saquarema também pode ver suas receitas saltarem. A cidade deve ter o maior crescimento de arrecadação de royalties e participações especiais, em valores absolutos, nos próximos anos. O total deve subir quase duas vezes e meia, para R\$ 700 milhões em 2023, em razão da produção do campo de Búzios, na Bacia de Santos. Mesmo com um orçamento de R\$ 520 milhões (47% oriundos dos royalties), a gestão municipal adota um discurso de cautela e lembra que já conviveu com frustrações de receitas nos royalties.

"Essa projeção é uma estimativa. A própria ANP declara que pode mudar a qualquer momento suas projeções", afirma a secretária de Planejamento de Saquarema, Daniele Guedes da Silva. "A política de gestão orçamentária de Saquarema é em cima dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, se entrar esse recurso, o que mais existe é área para se investir."

Para 2020, o carro-chefe da atual administração é o complexo hospitalar Cidade da Saúde. Guedes da Silva conta que os planos também incluem investimentos para reforçar a vocação turística da cidade. Esse é o caso do Museu do Surfe, já que Saquarema faz parte do circuito mundial do esporte.

Enquanto uns planejam o crescimento, outras cidades se preparam para a possível queda da receita. Com um orçamento de R\$ 860 milhões (sendo 70% do petróleo), Ilhabela, no litoral paulista, é a terceira cidade com maior receita de royalties e participações especiais. A previsão, contudo, é que os recursos caiam pela metade até 2023.

A ANP esclarece que a previsão é que os royalties e participação especial destinados ao Estado de São Paulo caiam, devido à queda dos volumes de produção de petróleo e gás natural declarados pelas concessionárias, principalmente no campo de Sapinhoá, o segundo maior produtor do país. "Ressalta-se que, anualmente, as concessionárias atualizam suas expectativas de produção para os próximos cinco anos, com reflexos na arrecadação futura de royalties e participação especial", ressalva a agência, em nota.

O secretário de Gestão Financeira de Ilhabela, Tiago Corrêa, conta que a administração vem se planejando para a eventual queda de receita. Ele destaca ainda que a cidade criou um fundo soberano com os recursos dos royalties - com meta de poupar R\$ 2 bilhões em dez anos -, zerou o déficit da Previdência municipal e aposta na diversificação de receitas no turismo, sua principal vocação.

"Somos uma ilha, não temos muito para onde correr em receitas tributárias. Não temos indústrias. Precisamos gerar outras matrizes econômicas de geração de renda dentro do próprio turismo. Nosso turismo era muito focado em esporte. Estamos expandindo para turismo de aventura, de cruzeiros, eventos gastronômicos, investindo em infraestrutura de píer", explica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Sunew lidera nova tecnologia em energia solar

Uma nova tecnologia de painéis solares vem ganhando adeptos entre grandes empresas no Brasil. Natura, Itaú e Iveco estão entre as que começam a usar os chamados filmes fotovoltaicos orgânicos (OPV, na sigla em inglês). São folhas de plástico leves, transparentes e flexíveis com células fotovoltaicas impressas. Em algumas aplicações, funcionam como um adesivo de energia solar.

A capacidade de geração de eletricidade dos OPV ainda é bem menor que a dos painéis convencionais. A vantagem do OPV é que ele se amolda a janelas, paredes, latarias de carros e a outras superfícies onde seria inviável instalar as pesadas e rígidas placas feitas de silício.

No Brasil, quem lidera as pesquisas e a produção de OPV é a Sunew, uma empresa que nasceu de um centro de pesquisas em energia solar, o CSEM Brasil, sediado em Belo Horizonte, e que agora dá seus primeiros passos fora do país, com uma unidade comercial em San Francisco, Vale Silício, nos EUA.

Três empresas - Opvius, da Alemanha; Armor, da França; e Kolon, da Coreia do Sul - são outros players importantes globais no negócio de painéis de OPV.

A Sunew tem como acionistas o fundo FIR Capital, BNDES Participações, o próprio CSEM e duas comercializadoras de energia, Tradener e CMU. Após mais de uma década de desenvolvimento e R\$ 150 milhões aplicados no centro de pesquisas, a Sunew começou a produzir em escala de mercado no ano passado. O faturamento foi de cerca de R\$ 15 milhões.

Há alguns dias, os sócios formalizaram um aumento de capital na companhia. O valor da operação não foi divulgado. "O aumento de capital foi feito num momento em que os sócios estão enxergando novas perspectivas positivas e decidiram equipar a empresa visando sua aceleração e uma expansão internacional", diz Tiago Alves, CEO da Sunew.

As pesquisas do CSEM e os produtos da Sunew (os dois funcionam nas mesmas instalações) despertam atenção de empresas de setores variados. Segundo Alves, nos últimos seis meses diversas grandes empresas de energia elétrica bateram à porta para identificar projetos que possam ser pilotos e novos conceitos de geração.

Um dos projetos já em curso é com a Energisa, que instalou em sua unidade na cidade mineira de Cataguases, filmes de OPV no teto de vidro de uma área de convivência e no beiral de uma guarita na entrada da empresa.

Numa escala maior, o Itaú Unibanco recobriu com painéis de OPV uma claraboia de um dos prédios do Centro Empresarial Itaú Conceição, em São Paulo. O Shopping Morumbi, em São Paulo, também vai cobrir uma de suas claraboias com o OPV nos próximos meses, segundo a Sunew.

A Totvs, em sua sede em São Paulo, já usa tecnologia OPV na sua fachada de vidro na área onde está sua logomarca e a Natura fez de sua sede, na cidade de Cajamar (SP), uma mostra em grande escala da tecnologia OPV em edifícios. O prédio envidraçado recebeu 2 mil metros quadrados de painéis da Sunew.

Pelas ruas e estradas de Sete Lagoas (MG) e região, a tecnologia da Sunew está sendo testada, desde maio, em um furgão Daily a diesel, da Iveco. O teto, uma das laterais e o capô do veículo foram cobertos com adesivos de OPV.

"O objetivo é viabilizar o uso energia solar, abundante no país, como forma de aumentar a eficiência energética. Isso traz potencial redução no consumo de combustível e serve como plataforma de testes para futuras ações com esse tipo de fonte de energia alternativa", disse Alexandre Capelli, gerente de engenharia da Iveco.

Segundo ele, o projeto com a Sunew pode se desdobrar em outros envolvendo máquinas agrícolas das marcas Case e New Holland, todas do grupo CNH Industrial.

A tecnologia OPV é chamada de terceira geração de células solares. Foi desenvolvida entre os anos 90 e início dos 2000. A segunda geração é dos anos 70, e já tinha alguma capacidade de ser instalada em materiais plásticos. A primeira geração - e que é a dominante no mundo - é a tecnologia do silício, que data dos anos 50.

Em termos energia gerada a partir da luz, o painel de silício ainda é imbatível. Segundo o National Renewable Energy Laboratory (NREL), órgão do governo dos EUA, esses painéis já atingiram uma marca recorde de 26,1% de eficiência. Ou seja: de toda a radiação solar que incidiu sobre as placas, 26,1% foi convertida

em energia elétrica. O recorde de geração dos painéis de segunda geração é de 23,4% e os de OPV, 16,5%.

Um metro quadrado de OPV da Sunew tem potência que varia de 35 watts a 50 watts. A potência de um módulo de painel de silício (que costuma ter de 1,5 metro quadrado a 2 metros quadrados) é de 300 a 400 watts. Uma residência com quatro pessoas consome em média 190.000 W/h mês (190 kW/h mês) e precisaria de sete a oito módulos convencionais.

"Entre o silício e o OPV há ainda uma diferença em termos de geração, mas o OPV é uma tecnologia que continua avançando e que chega ao mercado com diferenciais porque pode ser usado em carros, motos, aviões, celulares, computadores e outras superfícies onde os painéis de silício não são usados", diz Rodrigo Sauer, presidente executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Uma característica atrativa do OPV é a possibilidade de geração de energia elétrica como função adicional de objetos do cotidiano, acrescenta ele. Os filmes de OPV são, em geral, mais baratos que o silício, mas duram menos, pondera o especialista. Ao mesmo tempo, um módulo convencional de silício pesa cerca de 20 kg, enquanto os de OPV pesam gramas. A Sunew não divulga o preço de venda de seus filmes orgânicos fotovoltaicos, alegando que os orçamentos variam conforme cada projeto.

A empresa tem pouco mais de 20 clientes (todos empresariais) e Tiago Alves e sua equipe de químicos, físicos e engenheiros, começam a ver janelas no exterior se abrindo para seus produtos.

Uma delas, segundo o executivo, é um projeto piloto sendo implementado com uma empresa australiana de membranas solares que mira o mercado dos EUA, do Oriente Médio e da Austrália.

A base comercial que a Sunew instalou recentemente no Vale do Silício se encaixa na tentativa de fazer avançar essa e outras parcerias. Tiago Alves não esconde a ambição da Sunew. "Nossa ideia, com essa presença nos EUA, é vender para a Tesla, para a Apple e para o Google", diz.

Outra janela poderá se abrir com o desenrolar de conversas com o grupo empresarial do bilionário britânico Richard Branson, que tem negócios em diversos ramos, entre eles o turismo.

A Sunew prepara o envio de um de seus produtos para o time do empresário: é uma estação de recarga de celular com roteadores de internet em formato de árvore estilizada, cujas folhas são de vidro ou policarbonato recoberto de OPV.

As Optrees já foram usadas no Rock in Rio e exportadas para clientes em mais de dez países. A expectativa é que o equipamento venha fazer parte da paisagem de um resort de alto luxo do grupo de Branson, a Necker Island.

A Sunew produz os próprios painéis flexíveis em uma linha que usa um maquinário que se parece como uma impressora rotativa que funciona em um laboratório com ambiente controlado. O próximo passo na tecnologia dos filmes orgânicos fotovoltaicos se chama peroviskta. Trata-se um composto sintético com elevadas propriedades fotovoltaicas cujas pesquisas começaram há menos de uma década.

No início do ano, a Petrobras anunciou que iria investir R\$ 23,7 milhões no CSEM Brasil ao longo de dois anos para pesquisa e desenvolvimento de OPV à base de peroviskta. Os filmes atuais usam outros polímeros. A estatal estuda entrar no negócio de energia renovável e as pesquisas com o novo composto podem ser um caminho. "A eficiência da peroviskta poderá ser muito maior, chegando a níveis superiores inclusive ao das tecnologias de silício", afirma Tiago Alves.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Minério cai mais

Os preços do minério de ferro seguiram em trajetória de queda no mercado transoceânico, agora com o foco de traders e outros compradores na retomada parcial das operações a seco da Vale no Complexo de Vargem Grande, em Nova Lima (MG). No terceiro dia consecutivo de baixa, a tonelada da commodity com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao caiu 1,71%, ou US\$ 2,02, para US\$ 115,81, de acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB". Com a queda, a matéria-prima siderúrgica passou a acumular perda de 2,25% em julho. No ano, a valorização segue relevante, em cerca de 59%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Raquel Brandão e Rita Azevedo | Do Rio e São Paulo

Título: Neoenergia lucra R\$ 1 bilhão no semestre

Em seu primeiro resultado divulgado após o IPO (oferta pública inicial de ações), a Neoenergia atingiu lucro líquido recorde de R\$ 1,011 bilhão no primeiro semestre, impulsionado pelo aumento do volume de energia fornecida e pelos reajustes e revisões tarifárias de suas quatro distribuidoras. O resultado, 48,02% superior ao apurado na primeira metade de 2018, foi destaque no desempenho global do grupo espanhol Iberdrola, controlador da elétrica brasileira, no período.

"O resultado mostra, mais uma vez, a execução bem sucedida do nosso modelo de negócios. Pela primeira vez, a Neoenergia alcança lucro líquido superior a R\$ 1 bilhão no primeiro semestre", comentou o diretor presidente da Neoenergia, Mario Ruiz-Tagle, em teleconferência com analistas e investidores sobre o resultado.

De acordo com a Iberdrola, que possui 50% da Neoenergia, as operações no Brasil responderam por quase um quarto (23%) do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) global do negócio de redes (distribuição e transmissão) do grupo no primeiro semestre, de € 2,6 bilhões. A elétrica espanhola fechou o semestre com lucro líquido de € 1,64 bilhão, alta de 16,6% em relação aos primeiros seis meses de 2018.

O Brasil também foi a única operação do grupo espanhol que registrou aumento (5,2%) do volume de energia distribuída no primeiro semestre de 2019, na comparação com igual período do ano anterior, totalizando 34.012 gigawatts-hora (GWh).

No segundo trimestre, a Neoenergia obteve lucro de R\$ 519 milhões, com alta 32,4% em relação a igual período de 2018. Na mesma comparação, a receita líquida avançou 5,42%, para R\$ 6,575 bilhões, e o Ebitda cresceu 19,67%, totalizando R\$ 1,363 bilhão.

O resultado, explicou a elétrica, foi motivado pelos reajustes e revisões tarifárias das quatro distribuidoras - Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP e MS) - além do aumento do volume de energia distribuída e do controle das despesas operacionais.

As despesas com PMSO (pessoal, material, serviços e outros) da Neoenergia somaram R\$ 774 milhões no segundo trimestre, com alta de 1,31%, em relação a igual período do ano passado. No acumulado do ano, essas despesas

totalizaram R\$ 1,546 bilhão, com crescimento de 1,38% ante a primeira metade de 2018. De acordo com a Neoenergia, o aumento das despesas operacionais ficaram bem abaixo da inflação dos últimos 12 meses encerrados em junho, de 6,51%, medida pelo IGP-M.

Segundo Ruiz-Tagle, a companhia mantém o objetivo de alcançar um nível de crescimento do PMSO inferior à inflação.

No primeiro semestre, a Neoenergia dobrou o volume de investimentos, em relação a igual período do ano passado, para R\$ 2,2 bilhões. Desse total, R\$ 2,098 bilhões foram destinados ao negócio de redes, sendo R\$ 1,66 bilhão para distribuição e R\$ 431 milhões para transmissão. Também foram investidos R\$ 62 milhões no segmento livre, R\$ 51 milhões na conclusão da hidrelétrica de Baixo Iguaçu (PR) e R\$ 11 milhões na implantação de projetos eólicos.

Após o IPO (oferta pública inicial de ações), no início do mês, a composição acionária da Neoenergia ficou dividida entre a Iberdrola, com 50% mais uma ação, a Previ, com 30,29%, e 19,71% em circulação no mercado ("free float").

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Encomendas da ABB no Brasil crescem puxadas por energia e transmissão

A performance fraca da economia brasileira não foi problema para a fabricante de máquinas e equipamentos ABB, que registrou aumento de 36% nas encomendas recebidas no país no segundo trimestre de 2019 na comparação anual. Segundo Rafael Paniagua, presidente da companhia no Brasil, o resultado foi possível devido ao desempenho positivo da atuação nos segmentos de energias renováveis, transmissão de energia, e também soluções para indústrias de processos e automação. No acumulado no primeiro semestre do ano, as encomendas da ABB no Brasil subiram 20%.

"Quando colocamos o desempenho no contexto do crescimento do PIB industrial do Brasil e das incertezas no mercado em geral, nossa conclusão é que tivemos um crescimento superior e ganhamos participação em alguns segmentos no qual atuamos", disse Paniagua, em entrevista ao **Valor**.

O desempenho no Brasil contrasta ainda com as encomendas recebidas pela companhia no mundo. No segundo trimestre, houve aumento de 1%, para US\$

9,48 bilhões. No mesmo período, a receita líquida da ABB subiu 2%, para US\$ 8,88 bilhões.

"Estamos bastante satisfeitos com nossa performance no Brasil no primeiro semestre, e seguimos otimistas para o resto de 2019, já que estamos em um mix diferente de áreas", disse Paniagua.

No segmento de energias renováveis, a ABB teve crescimento "expressivo" nas vendas para geração solar distribuída, segundo o executivo. A forte aceleração vista nos negócios tem relação com a discussão das mudanças das regras do setor, que devem passar a valer a partir do ano que vem e podem reduzir a atratividade de novos investimentos. "Mas achamos que o resto de 2019 e o começo de 2020 ainda serão fortes", disse.

As indústrias relacionadas a commodities, como papel e celulose, mineração e óleo e gás, também trazem boas perspectivas para os negócios da ABB no país no segmento de processos e automação. Paniagua apontou que há quatro grandes projetos de papel e celulose em execução no país neste momento, além da movimentação de minérios ferrosos e não ferrosos e petróleo e gás, acompanhando a recuperação dos preços internacionais das commodities. "Já há processos encaminhados e construtores contratados, haverá aquisição de mais serviços e equipamentos em 2019", disse.

"Nosso portfólio para o setor de transmissão de energia também registrou um ótimo desempenho, a partir das vendas de sistemas e produtos necessários para a implantação dos projetos originários de leilões passados", disse Paniagua. Também há investimentos em reforços de subestações de grandes consumidores de energia conectados à rede de alta tensão, devido aos projetos de ampliação da capacidade de unidades industriais em áreas como mineração e papel e celulose. No segundo semestre, contudo, o ritmo de encomendas no segmento deve desacelerar, principalmente porque só haverá um leilão de transmissão neste ano, previsto para o fim do ano, e com menos projetos ofertados.

Serviços pós-venda e exportações completam as atividades da companhia no Brasil, ambos também com perspectivas positivas em termos de crescimento, segundo Paniagua.

As perspectivas de Paniagua também são positivas para o desempenho global da ABB, ainda que as atividades da companhia sejam afetadas pelos obstáculos macroeconômicos de alguns mercados e pelas incertezas geopolíticas. "No futuro, impulsionaremos o crescimento de longo prazo em nossos negócios, mantendo o foco nos custos e no gerenciamento de portfólio. Estamos incutindo uma nova cultura de capacitação para tornar a ABB mais forte e ágil."

A companhia divulgou lucro líquido de US\$ 64 milhões no trimestre, contra o ganho de US\$ 681 milhões obtido um ano antes. O resultado inclui a baixa de US\$ 455 milhões relacionada à venda de seu negócio de inversores solares para a italiana Fimer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rita Azevedo | De São Paulo

Título: Retomada será mais lenta na indústria, diz WEG

Os negócios da WEG seguem crescendo no Brasil neste ano, embora num ritmo menor que o esperado no início do ano, quando as expectativas de retomada da economia do país eram mais otimistas, disse, em entrevista ao **Valor**, André Luís Rodrigues, diretor superintendente administrativo e financeiro da companhia. "A expectativa para o segundo semestre em termos de receita é continuar crescendo, mas em ritmo menor", disse Rodrigues, lembrando que muitas entregas na área de energia solar, por exemplo, foram concluídas nos primeiros seis meses deste ano. As margens, por sua vez, devem seguir melhorando, reforçando a rentabilidade da companhia.

A WEG registrou lucro líquido de R\$ 389 milhões no trimestre, alta de 15,5% na base anual. A receita total subiu 7,5%, para R\$ 3,28 bilhões. Ambos os resultados são os maiores desde 2011, início da série histórica do "Valor Data", considerando todos os trimestres, em termos nominais.

A receita líquida das operações domésticas da fabricante de máquinas e equipamentos somou R\$ 1,289 bilhão no segundo trimestre do ano, alta de 3% na base trimestral mas queda de 2,2% em relação ao mesmo intervalo do ano passado. "O mercado brasileiro ainda se mostra positivo e continua apresentando crescimento nas principais linhas de negócio, ainda que num ritmo menor do que o do início do ano, quando o Brasil inteiro tinha uma expectativa de crescimento da economia maior que a de hoje", disse.

Segundo o executivo, o setor industrial brasileiro tem apresentado melhora, mas com demanda concentrada em equipamentos de ciclo curto, como na área de automação. "Isso tem vindo consistente. Ciclo longo ainda está estável com relação aos trimestres passados", disse. A demanda por equipamentos de ciclo longo deve voltar, para Rodrigues, quando houver uma sinalização mais

consistente de retomada da economia. "Temos a expectativa de que vai melhorar, mas ainda precisamos ter mais sinalização", afirmou.

Um destaque da WEG é o segmento de geração, transmissão e distribuição (GTD) de energia, principalmente em transmissão, devido às encomendas feitas atreladas aos leilões feitos nos últimos anos. "As entregas ficam mais robustas e se intensificam mais em 2020 e 2021", disse. Na parte de renováveis, contudo, a queda no mercado de aerogeradores no Brasil segue afetando os resultados da companhia, como já tinha sido anunciado antes, pela falta de novos projetos de geração eólica. "A boa notícia é que a energia solar está ajudando a compensar a queda em eólica", disse.

O Brasil segue sendo um mercado importante para a WEG, mas a tendência é que os negócios no exterior, que já são 60% do todo, ganhem cada vez mais importância em termos de receita. A receita no mercado externo cresceu 14,9% no trimestre, para R\$ 1,99 bilhão. "A WEG tem crescido de forma consistente no exterior graças à sua capacidade de inovar e ser competitiva, e oferecer cada vez mais novos produtos aos clientes", disse Rodrigues.

O foco da empresa no exterior, sobre possíveis aquisições, é nos mercados da América do Norte e Ásia, com destaque para a China, onde a companhia atualmente está investindo na expansão de uma das suas três fábricas. Segundo Rodrigues, a companhia deve continuar apresentando taxas de crescimento acima de dois dígitos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Juliana Machado | Do Rio e de São Paulo

Título: BR atinge maior preço desde fim de 2017

Um dia depois de a Petrobras vender 30% de sua participação na BR, garantindo a privatização da distribuidora, a empresa de combustíveis fechou o dia, ontem, com o maior giro financeiro entre as companhias do Ibovespa, ao somar R\$ 1,6 bilhão - acima de outras gigantes como Vale, a própria Petrobras e os bancos. Os papéis ON fecharam o dia com alta de 1,19%, a R\$ 26,32, mas, na máxima do dia, chegaram a registrar ganho de 6,23%, a R\$ 27,63 - maior preço desde a estreia da companhia na bolsa de valores, em dezembro de 2017.

Com a mudança na composição acionária da BR, a estatal sinalizou com alterações na administração da distribuidora. A petrolífera se comprometeu a destituir todos os membros do colegiado indicados por ela e a apontar somente três dos nove membros do novo conselho, abrindo espaço para que os demais

acionistas fiquem com os outros dois terços do colegiado, disse uma fonte. A intenção é convocar em até 40 dias uma assembleia geral extraordinária para eleger os novos conselheiros.

Alexandre Carneiro e Carolina Lacerda são nomes cogitados pela Petrobras para suas três cadeiras. Carneiro foi vice-presidente comercial da Shell América Latina e associado ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), enquanto Carolina, ex- UBS e Merrill Lynch, é conselheira da Hypermarchas.

Com a recente reforma do estatuto da BR, condicionada à conclusão da oferta secundária, o número de conselheiros da empresa cairá de dez para nove. O governo e os empregados perdem suas cadeiras no colegiado, porque a BR deixaria a condição de empresa estatal. Hoje, pelo estatuto em vigor, a Petrobras indica até cinco dos dez conselheiros da BR, sendo as outras cinco vagas distribuídas entre os minoritários (até três nomes), Ministério da Economia (uma vaga) e empregados (mais uma).

Alguns conselheiros estão se queixando das mudanças no estatuto. Isso porque, embora a Petrobras tenha assumido o compromisso de indicar apenas três nomes para o conselho, a reforma não estabeleceu nenhum limite formal à influência da empresa sobre o colegiado. A reforma também não limitou o número máximo de membros eleitos por um único acionista, disse uma fonte.

Para Carolina Fidalgo, advogada do Rennó, Penteado, Reis & Sampaio Advogados, mesmo com a diluição de sua participação na BR, a Petrobras deve manter um controle minoritário sobre a distribuidora, a depender do cenário de pulverização das ações. A BR, contudo, assume o status de uma empresa privada, o que, na prática, deve garantir à companhia mais agilidade na governança por meio da dispensa, por exemplo, da exigência de licitações para bens e serviços.

"A partir do momento em que as ações da BR mudarem de titularidade, a companhia, formalmente, pelo critério legal, deixa de ser uma estatal. Enquanto persistir o controle, mesmo minoritário, da Petrobras, contudo, pode haver dúvidas sobre a posição do Tribunal de Contas da União (TCU), que já entendeu, no passado, que as estatais preferem às vezes deixar o controle em sociedades de propósito específico de forma premeditada, para fugir do direito administrativo. Não penso que este seja o caso da privatização da BR, mas pode suscitar discussões, porque é uma situação nova", afirma.

A BR vale R\$ 30,7 bilhões na bolsa, acima de seus pares comparáveis de capital aberto. A Ultrapar, controladora da rede de postos Ipiranga, vale R\$ 23 bilhões na B3, enquanto a Cosan, que divide o controle da Raízen com a Shell, é avaliada em R\$ 20,2 bilhões. Vale destacar, porém, que essas duas companhias

são holdings que reúnem diversas atividades para além da distribuição de combustíveis e que o desempenho desses outros negócios influencia também a avaliação de mercado das companhias. De todo modo, por serem papéis pelos quais os investidores também se expõem ao setor no qual atua a BR, essa comparação é um parâmetro aceitável.

Para Fernando Barroso, diretor da asset da CM Capital Markets, todo o movimento do setor acompanha as perspectivas favoráveis depois dos sinais do governo de estimular investimentos em logística e distribuição. "São dois segmentos com boas expectativas, por causa da intenção do governo de promover uma reavaliação de preços e induzir investimentos privados", disse. "É um setor prioritário para receber injeção de recursos com a agenda do governo e, por isso, ele tem respondido de forma positiva", avaliou Barroso.

Outro gestor de um grande fundo com posição na distribuidora de combustíveis afirma que ampliaria ainda mais a exposição ao papel, mas apenas caso ele caísse. Segundo esse profissional, a BR reduz o desconto contra outros pares com a saída da Petrobras do controle, já que deixa de ser uma estatal. Mas pondera: não é tão simples de enxergar uma avaliação de preço adequada para a BR agora. "Não é simples de entender a diferença de 'valuation' [da BR para os pares] porque isso depende da execução do plano da empresa e da nova administração. Se forem bem-sucedidos, ela está descontada, sim", afirmou a fonte.

Ainda segundo o gestor, a desestatização da empresa dá um grau de liberdade maior para condução dos negócios no setor de combustíveis, já em maior nível em relação à oferta inicial de ações (IPO), há dois anos. Se tiver uma execução nessa direção, a estimativa para esse profissional é que a ação da companhia chegue a R\$ 50 em três anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/07/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Petrobras perde processos de R\$ 7,9 bi no Carf

A Petrobras não conseguiu ontem, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), afastar cobrança de R\$ 2,68 bilhões. Foi a segunda derrota sofrida nesta semana na disputa com a Receita Federal sobre aluguel de plataformas petrolíferas. A empresa pretende levar os dois casos, que somam R\$ 7,9 bilhões, à Câmara Superior - onde já há um precedente desfavorável.

Ao todo, há nove processos da Petrobras sobre o tema em tramitação no Carf. Há mais precedentes desfavoráveis, incluindo um da 3ª Turma da Câmara Superior. Normalmente, esses casos dividem os conselheiros e são resolvidos apenas pelo voto de qualidade - o desempate do presidente - ou pela diferença de um voto.

O valor total da tese é estimado pela Petrobras em R\$ 45,45 bilhões. As autuações, referentes ao período de 2009 a 2013, incluem Cide, PIS e Cofins-Importação e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Nelas, a Receita contesta a divisão de contratos de aluguel (afretamento) e de prestação de serviços em plataformas, normalmente quando a diferença é grande, e acaba tributando toda a operação como importação de serviços.

De um lado, a Receita Federal alega que a bipartição é artificial, para pagar menos impostos - já que a parte do afretamento não é tributada. De outro, a Petrobras argumenta que a acusação é frágil na parte de provas e, por causa do valor elevado das plataformas - que custam cerca de US\$ 5 bilhões cada -, acaba concentrando a maior parte do valor no contrato de aluguel.

Ontem, a questão foi analisada pela 1ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção. O processo (nº 166 82.720836/2014-46) trata de cobrança de Cide, referente ao ano de 2010. O julgamento foi iniciado em junho e retomado com o voto-vista da conselheira Semiramis de Oliveira Duro, representante dos contribuintes.

Cinco conselheiros já tinham votado. Porém, no início da sessão de ontem, alguns julgadores discutiram a falta de acusação de fraude por parte da fiscalização e se a autuação poderia ser mantida.

No julgamento, o relator, conselheiro Ari Vendramini, representante da Fazenda, relembrou seu voto, favorável à Receita. De acordo com ele, a fiscalização não acusa simulação ou fraude, apenas que há um contrato de afretamento no lugar de um de prestação de serviços. "A fiscalização não enxergou crime nesse caso", disse.

Para o conselheiro, ficou patente que eram contratos de prestação de serviços e, portanto, sujeitos à Cide. O voto do relator foi seguido pelos demais representantes da Fazenda.

Já os representantes dos contribuintes votaram contra a autuação. Para Semiramis de Oliveira Duro, no momento que a fiscalização acusa que a separação é artificial, teria que provar o ardil do contribuinte. Com o empate, o julgamento foi resolvido pelo voto de qualidade.

Em agosto, o Carf volta a analisar a questão, por meio de processo que começou a ser julgado na terça-feira, pela 1ª Turma da 2ª Câmara da 3ª Seção (nº 16682.

7220 12/2017-53). Nele, só o relator, conselheiro Charles Mayer de Castro Souza, representante da Fazenda, votou, de forma favorável à empresa, para cancelar cobrança de R\$ 5,05 bilhões. No mesmo dia, a Petrobras foi derrotada em outra turma, em processo de R\$ 5,22 bilhões (nº 16682.722011/2017-17).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/07/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna /RIO Cristian Favaro

Título: Privatização da BR Distribuidora cria modelo de negócios inédito no Brasil

Novo gás. País terá pela primeira vez companhia com controle pulverizado, com estatal como principal acionista; para especialistas, menor influência da Petrobrás vai melhorar a percepção de risco da empresa, que será liberada de licitações e concursos públicos

A privatização da BR Distribuidora inaugurou um novo modelo de negócios no Brasil: o de empresa de controle pulverizado, mas com um sócio estatal como principal acionista. O esqueleto dessa nova companhia foi desenhado pela Petrobrás antes da privatização da sua subsidiária, que aconteceu terça-feira. Elaborado pela estatal e aprovado em assembleia de acionistas da BR no início de junho, o novo estatuto define o que será a distribuidora daqui para frente: uma empresa controlada por um conselho de administração e diretoria. Já as práticas comerciais pouco devem mudar, dizem especialistas. A Petrobrás se desfez de 30% do capital da BR com a venda de ações da empresa no mercado financeiro por R\$ 8,56 bilhões, mas manteve participação de 41,25%. Com a venda de mais um lote residual de ações, a arrecadação deve alcançar R\$ 9,6 bilhões. A presença estatal na distribuidora, por sua vez, irá cair ainda mais, para até 37,5%.

De qualquer forma, a petroleira deixou de ser a acionista controladora da BR, ao mesmo tempo em que manteve o posto de maior acionista individual. Com a privatização, a maior parte das ações da BR Distribuidora passa a estar diluída entre diferentes investidores. Caberá aos nove membros do conselho de administração da companhia e aos seis diretores, incluído o presidente, definir os rumos da empresa. O novo estatuto social prevê ainda a criação um comitê de governança corporativa e que metade do conselho será composto por membros independentes. Ao inserir essas duas condições no estatuto social, a Petrobrás buscou sinalizar a potenciais investidores que não haverá interferência do governo na BR. “Esse modelo de composição acionária pode

funcionar como um projeto piloto para várias estatais”, diz José Roberto Faveret, sócio do escritório Faveret Lampert, especialista no setor de petróleo e gás.

“É interessante porque o centro de decisões continua a ser local.” Ele diz ainda que deve acontecer um período de aprendizado na convivência entre os sócios. Mesmo como principal acionista, a influência da Petrobrás vai ser limitada. “Existem ferramentas legais para evitar os abusos”, disse. “A estatal pode, por exemplo, ser impedida de participar de votações que tenham conflito de interesse.” A BR deverá convocar uma assembleia de acionistas após a divulgação dos resultados financeiros, no dia 31 de julho, para reafirmar a atual gestão ou trocar alguns nomes, segundo uma fonte próxima ao assunto. A tendência, disse a fonte, é que a atual diretoria permaneça no cargo, já que foram todos empossados neste ano e a maioria deles construiu carreira na iniciativa privada.

Gestores. Até lá, quem manda na empresa é o atual presidente Rafael Grisolia, engenheiro de produção, que já passou pela ExxonMobil, Cosan, Cremer e Grupo Trigo. Ele entrou na BR em agosto de 2017, durante a gestão de Pedro Parente. Em junho de 2018, Grisolia foi convocado para ocupar a diretoria financeira da Petrobrás, na gestão de Ivan Monteiro. Em maio de 2019 voltou para a BR, no cargo de presidente. Para o consumidor final dos combustíveis vendidos pela BR e para as suas concorrentes, a privatização não deve ter efeitos práticos no curto prazo, mas pode contribuir para ampliar a competição no setor, segundo o professor do Grupo de Economia da Energia da UFRJ (GEE-UFRJ) Edmar Almeida. “O que muda é a percepção de risco”, disse.

“Com mais transparência e confiança maior na regra do jogo, o setor de revenda fica mais atrativo a novos concorrentes e aumenta a qualidade e a intensidade da competição.” Para Carolina Fidalgo, professora de Direito Público da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e sócia do escritório Rennó, Penteado, Reis & Sampaio Advogados, a grande mudança com a privatização é que a BR vai ser liberada dos sistemas de controle estatais, como da exigência de promover licitações e realizar concursos públicos.

Além disso, diz ela, o Tribunal de Contas da União (TCU) vai rastrear apenas os negócios e gastos relativos à participação da Petrobrás na distribuidora. Já a equipe do BTG Pactual, em relatório, destacou o desafio de melhorar as margens de lucro, num mercado hoje marcado pela competição. “Apesar de continuar sendo um bom negócio, o segmento de distribuição de combustíveis não vai mais repetir os fortes retornos financeiros do passado”, escreveram os analistas Thiago Duarte e Pedro Soares.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/07/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Petrobrás vende polos por US\$ 1,5 bi**

A Petrobrás vendeu ontem mais dois campos produtores de petróleo e gás natural por US\$ 1,5 bilhão. Foram vendidos os polos de Pampo e Enchova, na bacia de Campos, por US\$ 851 milhões para a americana Trident e o campo de Baúna, na bacia de Santos, por US\$ 665 milhões, para australiana Karoon. “Vamos ver aumento significativo da produção de petróleo nessas áreas”, disse Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP). “Em dois, três anos vamos ver produções triplicando facilmente.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/07/2019****Seção: Colunas****Autor: Sonia Racy****Título: Suave, a vida**

Direto da fonte

O desenho da “desestatização” da BR Distribuidora abriu espaço para realização de operações parecidas – que devem ser deflagradas em subsidiárias do BB, da Caixa ou, ainda, da... Eletrobrás. A operação foi considerada um sucesso pela equipe econômica. Houve até quem tenha se surpreendido com a suavidade. Segundo fonte do governo Bolsonaro, não aconteceram os habituais protestos promovidos por sindicatos ou ações jurídicas para impedir a venda.

Suave, a vida 2

E assim – por meio de um significativo aumento de capital, aprovado pelo conselho de administração da Petrobrás na terça-feira – a BR Distribuidora deixou de ser controlada pela Petrobrás.

Suave, a vida 3

E os acionistas minoritários da BR Distribuidora? Neste modelo de diluição de ações, não terão direito ao “tag along”. A Lei das SAs especifica que isso só ocorre quando da venda direta ou indireta do controle de uma companhia aberta. O que não aconteceu.

Pra cá de Teerã

Interlocutores que acompanharam últimos dias a “crise” Brasil-Irã, por causa do navio iraniano que precisa ser reabastecido em Paranaguá, acreditam que o embaixador de Teerã, Seyed Ali Saghaeyan, talvez tenha menos cartas na manga do que imagina ao fazer ameaças, ontem, a Brasília.

Pra cá 2

Como é sabido na área, o governo brasileiro não tem poder de interferir na decisão de não abastecer o navio – mesmo que seja ele o controlador da Petrobrás. E mais: a opção por usar este navio foi tomada, “descuidadamente” por empresa privada. E esta, segundo a mesma fonte, “não atentou para o detalhe sobre a quem pertence o navio”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/07/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Irã ameaça suspender importações do Brasil se Petrobrás não abastecer navios

Comércio. Embaixador iraniano em Brasília, Seyed Ali Saghaeyan, diz que alertou autoridades brasileiras de que seu país buscará novos parceiros para comprar milho, soja e carne se governo não resolver impasse; País vendeu US\$ 1,3 bilhão a Teerã no 1º semestre

O Irã ameaçou cortar as importações do Brasil se a Petrobrás não reabastecer os dois cargueiros iranianos carregados de milho que estão parados desde junho no Porto de Paranaguá por falta de combustível. A estatal alega que as embarcações são alvo de sanções americanas e teme ser punida. Em entrevista à agência Bloomberg, o embaixador do Irã em Brasília, Seyed Ali Saghaeyan, disse que entrou em contato com as autoridades brasileiras na terça-feira para informar que seu país buscará novos parceiros para comprar milho, soja e carne se o governo não resolver a situação. O comércio brasileiro com o Irã é superavitário.

No primeiro semestre deste ano, segundo dados oficiais, o Brasil importou US\$ 26 milhões em produtos iranianos e vendeu US\$ 1,3 bilhão. O principal produto da relação é o milho, responsável por 36% das vendas. A soja vem atrás com 34%. No caso do milho, o Irã é o maior comprador do Brasil. Apenas em 2018, as vendas brasileiras ao exterior totalizaram 22 milhões de toneladas, das quais 6,4 milhões foram para o Irã. “Eu disse para os brasileiros que eles devem resolver essa questão – e não os iranianos”, disse Saghaeyan.

“Se (a situação) não for solucionada, talvez as autoridades em Teerã desejarem tomar decisões já que (o mercado de produtos agrícolas) é um mercado livre e outros países estão disponíveis.” Em novembro, o Departamento do Tesouro dos EUA incluiu na sua lista negra cerca de 200 navios – cargueiros e petroleiros iranianos ou ligados ao Irã. Entre eles o Bavand e o Termeh, que estão presos no Paraná. O restante da frota continua circulando pelo mundo, carregando e descarregando aparentemente sem problemas.

Na entrevista de ontem, o embaixador iraniano confirmou que seu país analisa a possibilidade de enviar combustível para os dois navios, mas essa seria uma opção demorada e cara. “Países grandes e independentes, como Brasil e Irã, devem trabalhar juntos sem interferência de terceiros ou de outro país”, afirmou Saghaeyan, que teria pedido uma reunião com o chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, mas ainda não obteve resposta.

Consultadas pelo Estado, associações que representam exportadores brasileiros disseram que a suspensão das importações seria grave, por ser um mercado importante. Para a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), a recusa da Petrobrás em fornecer combustível aos navios iranianos seria catastrófica para o setor agrícola do Brasil. “Além de ser o maior importador de milho brasileiro, o Irã é um dos principais compradores de produtos importantes para o País e para o Estado do Paraná, como soja e carne bovina”, afirmou a Faep. Segundo Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, a crise com o Irã foi mal gerida pelo governo.

“Ao declarar alinhamento com o presidente dos EUA, Donald Trump, Jair Bolsonaro acabou transformando uma questão comercial em uma questão política”, disse. De acordo com Barral, a solução da crise foi desnecessária. “A Petrobrás tinha optado por não abastecer os cargueiros iranianos para afastar a possibilidade de ser punida no mercado americano. Quando Bolsonaro falou que estava alinhado com os EUA, criou uma crise que teria de ser resolvida pelo mecanismo comercial.” / W.POST, AP e REUTERS, COM DOUGLAS GRAVAS

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/07/2019

Seção: Economia

Autor: Raquel Landim

Título: Petrobras perde controle do conselho da BR Distribuidora

Após privatização, estatal ficará com apenas três das nove vagas do colegiado

O conselho de administração da BR Distribuidora passará por uma completa reformulação para refletir anova composição acionária após sua privatização.

Com 37,5% de participação na BR Distribuidora, caso o lote suplementar de ações seja efetivamente vendido, a Petrobras continuará a ser uma minoritária relevante, mas deixa de ter o comando. Hoje a estatal detém 5 das 10 vagas do conselho e conta com o apoio do representante do governo.

A Petrobras pretende manter apenas três assentos no colegiado, que passará a ser composto por nove membros. Os seis restantes devem ser indicados pelo mercado.

Os funcionários, que detinham uma vaga, perdem sua cadeira. O governo, que vinha sendo representado pelo Ministério da Economia, também deixa o conselho.

As mudanças devem ocorrer dentro de pouco mais de 30 dias em uma assembleia-geral extraordinária ainda a ser convocada, embora o mandato do atual conselho só expire no ano que vem. O objetivo é implementar rapidamente a nova governança.

Após a privatização, para conseguir emplacar suas teses na BR, a Petrobras precisará do aval de ao menos dois representantes dos demais acionistas. Ainda não se sabe se algum fundo isoladamente adquiriu ações suficiente para ter direito a vagas no conselho.

Na prática, a governança da BR já vinha mudando desde a abertura de capital, ainda no governo Michel Temer. Na ocasião, a estatal já havia se comprometido a indicar membros com independência para boa parte de suas vagas.

No entanto, como detinha 70% das ações, a Petrobras tinha poder de veto durante a assembleia de acionistas. Agora a BR se transforma de vez no que é chamado de corporação, uma companhia sem controle definido.

No Brasil, já existem outras empresas desse tipo, como a gigante de alimentos BRF, as varejistas BR Malls e Renner e a empresa de tecnologia Totvs.

“Torna-se uma corporação foi uma sábia decisão da BR Distribuidora”, avalia Mauro Cunha, presidente da Amec (Associação de Investidores no Mercado de Capitais) e ex-conselheiro da Petrobras.

Ele salienta que, ao deixar de ser estatal, a BR terá mais flexibilidade para contratações de funcionários e compra de matérias-primas, o que promete reduzir os custos, e para levantar capital no mercado via oferta de ações, já que não haverá a preocupação do governo de manter o controle.

Esse último item tende a ser relevante em um setor intensivo em capital como o de distribuição de combustíveis.

Segundo Cunha, a BR também fica mais blindada de decisões políticas que afetem o negócio. Contudo, passa a estar exposta ao maior risco de toda “Corporation”, que é ser “sequestrada” por uma administração equivocada, pois não há o poder de veto do dono.

Cálculos internos da empresa apontam um grande potencial de aumento nas margens de lucro graças à redução de custo.

Hoje a relação margem/geração de caixa da BR é de R\$ 78 por metro cúbico de combustível, ante R\$ 115 da rival Ipiranga. A tendência é que essa relação se estreite, gerando valor para os acionistas.

Segundo a ANP, a participação da BR no mercado de venda de gasolina estava em 24,12% em 2018, seguida pela Raízen/Shell, com 20,45%, e pela Ipiranga, com 19,53%.

Especialistas ouvidos pela reportagem, no entanto, não acreditam que apenas a privatização da BR será suficiente para promover mais competição no mercado, baixando o preços dos combustíveis.

Eles afirmam que essas mudanças só devem ocorrer com mais vigor quando a Petrobras efetivamente cumprir o plano de privatizar também suas refinarias, deixando de ser a única fornecedora de gasolina e diesel do país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/07/2019

Seção: Mercado

Autor: Júlia Moura

Título: Empresa se valoriza em 75% desde a abertura de capital

Desde que abriu capital, em dezembro de 2017, a BR Distribuidora se valorizou em 75%, de R\$ 19,9 bilhões para R\$ 30,6 bilhões em valor de mercado.

Nesta quarta-feira (24), com a definição da venda de 30% das ações da empresa que pertencem à Petrobras, a companhia finaliza seu processo de privatização, já que a estatal deixa de ser acionista majoritária da subsidiária.

Nesse processo, a BR Distribuidora superou a concorrente Ultrapar, dona da rede de postos Ipiranga. Mas a ultrapassagem se deve mais à perda de valor da concorrente do que à própria valorização. Na época do IPO (Oferta Inicial de Ações) da BR Distribuidora, a Ultrapar valia R\$ 40,7 bilhões. Hoje, a empresa tem capitalização de mercado de R\$ 23 bilhões.

A nova venda de ações da Petrobras foi um dos vetores da alavancagem da empresa. Desde que a operação para a venda de 30% dos papéis foi anunciada, em abril, a BR avançou 18,88%. Para efeito de comparação, o Ibovespa, maior índice acionário do país, teve alta de 10% no período.

Nesta quarta, as ações atingiram suas máximas históricas durante o pregão, a R\$ 27,63, alta de 6,23%. Ao fim do dia, a companhia perdeu força e fechou em R\$ 26,32, alta de 1,2%.

Mais ações da BR devem ser vendidas pela Petrobras nesta semana, à depender do sucesso da operação.

Além do crescimento no valor de mercado, a BR Distribuidora se destaca por ter a quarta maior geração de receita no acumulado de 2018, fora o setor bancário. A empresa vem logo atrás de Petrobras, JBS e Vale, nessa ordem. No quinto lugar vem a Ultrapar. Na comparação do último trimestre, o ranking se mantém.

A Petrobras levantou R\$ 8,6 bilhões com nova venda de ações de BR Distribuidora. Novo lote de papéis deve ser repassado nos próximos dias, o que elevará a arrecadação da petroleira chegará a R\$ 9,6 bilhões.

Aprovada pelo conselho de administração da Petrobras em maio, a venda das ações de BR é parte do plano para levantar recursos para pagar dívidas e focar a exploração do pré-sal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/07/2019

Seção: Mercado

Autor: Diego Garcia

Título: Petroleira leva R\$ 5,7 bi com venda de ativos de exploração e produção

A Petrobras confirmou nesta quarta-feira (24) a venda dos ativos de exploração e produção em águas rasas nas bacias de Campos e Santos, em operação de R\$ 5,7 bilhões (US\$ 1,5 bilhão).

Nos contratos, assinados nesta quarta, está mencionada a comercialização de 100% da participação da empresa nos polos Pampo e Enchova, na bacia de Campos, para a Trident Energy do Brasil., subsidiária da Trident Energy LP.

Essa transação custou US\$ 851 milhões (R\$ 3,2 bilhões), pagos em duas parcelas, sendo a primeira, de US\$ 53,2 milhões (R\$ 200,7 milhões), ainda nesta quarta, no ato da assinatura de contrato, e mais US\$ 797,8 milhões (R\$ 3 bilhões) na data do fechamento da transação.

Também foi definida nesta quarta a venda de 100% da participação da petroleira no campo de Baúna, localizado em águas rasas da bacia de Santos, para a Karoon Petróleo & Gás, subsidiária da Karoon Energy.

O valor dessa operação ficou em US\$ 665 milhões (R\$ 2,5 bilhões), sendo a primeira parcela, de US\$ 49,9 milhões (R\$ 188,3 milhões), ainda nesta quarta, e outros US\$ 615,1 milhões (R\$ 2,3 bilhões) na data do fechamento da transação.

O campo de Baúna produz cerca de 20 mil barris de óleo por dia, enquanto os polos Pampo e Enchova produzem diariamente em torno de 25,5 mil.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/07/2019

Seção: O Mundo

Autor:

Título: Irã ameaça suspender importações de produtos do Brasil

Teerã exige que dois navios iranianos no porto de Paranaguá recebam combustível; exportações para o país somaram US\$ 2,2 bi em 2018

BRASÍLIA- O Irã ameaçou cortar as importações do Brasil a menos que dois de seus navios, parados desde junho no porto de Paranaguá (PR), sejam abastecidos. O caso é um exemplo dos impactos globais das sanções dos EUA ligadas ao programa nuclear do país.

O embaixador do Irã em Brasília, Seyed Ali Saghaeyan, disse anteontem a funcionários do governo brasileiro que poderia facilmente achar novos fornecedores de milho, soja e carne se o país se recusar a abastecer os navios. O Brasil exporta cerca de US\$ 2,2 bilhões por ano para o Irã, na maior parte commodities.

— Disse aos brasileiros que eles devem resolver a questão, não os iranianos — contou Saghaeyan, em entrevista à agência Bloomberg na Embaixada do Irã, em Brasília.

— Se isso não for resolvido, talvez as autoridades em Teerã tomem alguma decisão porque este é um mercado livre, e outros países estão disponíveis.

A Petrobras se recusa a abastecer os navios Bavand e Termeh, alegando que os dois aparecem em uma lista que aponta pessoas, instituições e embarcações sujeitas a sanções feita pelo Departamento do Tesouro dos EUA. A estatal ainda cita uma carga de ureia trazida pelos navios, que também estaria sujeita a sanções.

Já a responsável pela exportação do milho, a Eleva Química Ltda, afirma que não há qualquer risco para a Petrobras, uma vez que é ela, não a dona dos navios, que comprará o combustível. Além disso, a Eleva diz que apenas a Petrobras fornece o tipo de combustível usado pelos cargueiros, o que a deixaria sem opções. O impasse foi parar no Supremo Tribunal Federal.

Embora o Brasil tenha um histórico de boas relações com o Irã, o comprometimento do presidente Jair Bolsonaro em mudar a política externa coloca esses laços em dúvida. Forte apoiador do presidente americano, Donald Trump, Bolsonaro avisou aos exportadores sobre o risco de negociar com os iranianos.

— Estamos alinhados às políticas deles (EUA). Então, faremos o que for necessário — disse Bolsonaro esta semana.

Para resolver o impasse, o Irã considera mandar combustível aos navios, mesmo que essa opção seja mais cara.

— Países grandes e independentes como o Brasil e o Irã devem trabalhar juntos, sem interferência de outros países — disse o embaixador, que pediu uma reunião com o chanceler Ernesto Araújo, mas ainda não teve uma resposta.

O Itamaraty disse, em comunicado, que trabalha com as autoridades, mas afirma que o processo corre em sigilo de Justiça. Ao falar sobre o caso, o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz, disse não ver sinais de que a disputa tenha causado prejuízo ao Brasil, e alegou que é cedo para especular sobre um possível impacto.

(Com a Bloomberg)

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/07/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Governo tentará acordo sobre frete com cada setor

Ministro da Infraestrutura prometeu ontem aos caminhoneiros abandonar tabela suspensa na última segunda-feira e buscar consenso entre motoristas e contratantes em diferentes segmentos para definir pisos mais altos

BRASÍLIA- Sob pressão de caminhoneiros, que ameaçaram fazer nova greve, o governo prometeu ontem, em reunião com líderes da categoria, que vai abandonar a tabela com preços mínimos para o frete suspensa na última segunda-feira e vai buscar consenso para a definição de pisos para o serviço. Os

novos valores da tabela serão estabelecidos em acordo entre o setor produtivo, os motoristas autônomos e associações de transportadores.

— A tabela que foi gerada é uma tabela de custo operacional, ou seja, é o mínimo. Ela não tem as parcelas adicionais que compõem o frete. Tinha havido um problema de interpretação. São 11 segmentos de transportes. Vamos fechar um acordo por setor — disse o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, após a reunião.

Segundo o ministro, a intenção é que os valores sejam revistos anualmente, também por negociação. Representantes de caminhoneiros avaliaram positivamente a promessa de que a nova tabela irá considerar, em parte, o lucro dos motoristas. Na versão anterior, era negociado entre caminhoneiro e contratante.

— Quem define o lucro total é o mercado, mas dá para melhorar, em todos os valores, e chegar a uma parte disso — disse Carlos Littidahmer, um dos líderes da categoria.

Os valores serão definidos em acordos por segmentos. O piso do transporte de um granel líquido, por exemplo, será estabelecido entre empresas desse setor, como distribuidoras de combustíveis, e o caminhoneiro que transporta esse tipo de carga. Atualmente, os valores são definidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

— Estou saindo hoje bem contente. Vamos ter essas reuniões, onde vamos buscar esse consenso direto com os segmentos. Hoje, agente precisa de paz, a gente está buscando isso — disse Wallace Landim, o Chorão, outro porta-voz dos caminhoneiros.

REAJUSTE POR SETOR

A crise começou no fim de semana. Uma tabela de frete publicada pela ANTT irritou os motoristas porque a maior parte dos valores ficou mais baixa que os da versão anterior, de maio. Com a ameaça de uma paralisação como a de maio de 2018, o governo suspendeu a nova tabela, elaborada a partir de metodologia da Esalq/USP.

Agora, a ideia é ter um reajuste percentual por tipo de carga sobre os valores previstos na tabela suspensa. A expectativa do ministério é que um acordo seja fechado até o fim da semana que vem.

Um dia depois de se reunir com setores contratantes, o ministro da Infraestrutura passou o dia ontem conversando com representantes de caminhoneiros e transportadores para tentar encontrar uma solução para a

tabela do frete e para outros pedidos dos motoristas. Na próxima semana, Freitas terá encontro com 30 representantes da categoria para negociar o acordo entre embarcadores, transportadores e autônomos.

A tabela foi criada no governo de Michel Temer como parte do acordo para encerrar a paralisação de maio de 2018, que gerou uma crise de abastecimento no país.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/07/2019

Seção: Economia

Autor: PATRICIA VALLE

Título: Gás de cozinha deve ficar mais caro na compra fracionada

Para especialista, plano de recarga parcial reduz segurança de botijões

A intenção do governo de permitir a venda fracionada de gás de cozinha pode resultar em um combustível mais caro por metro cúbico do que na comercialização do tradicional botijão de 13 kg cheio com a perda de escala operacional, avaliam executivos do setor. Outra preocupação é a segurança da recarga.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, que anunciou o plano anteontem em Brasília no lançamento de ações do governo para reduzir o preço do gás natural no país, admite que o custo final poderá ser mais alto nessa modalidade, mas diz que o objetivo é dar mais flexibilidade ao consumidor na hora da compra.

— Há famílias que ficam sem gás no fim do mês porque não têm dinheiro para comprar um botijão de R\$ 70, mas podem ter R\$ 20 reais para comprar uma parte e ter gás até o fim do mês. Queremos dar essa opção ao consumidor, mesmo que seja pagar mais caro — explicou Oddone ontem ao GLOBO, argumentando que já existe situação parecida no abastecimento de carros movidos a gás do tipo GNV.

Segundo o dirigente, a medida não deve sair do papel em menos de um ano, já que ainda são necessárias mudanças na regulação e a atração de empresas interessadas em atuar na recarga. Segundo o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), são vendidos 35 milhões de botijões por mês no país.

O preço final do gás seria mais alto porque a venda fracionada reduziria a escala de venda das distribuidoras sem reduzir o custo do carregamento do botijão na mesma proporção. Para o consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de

Infraestrutura (CBIE), essa medida vai demandar inclusive a criação de postos de recarga nos revendedores, atividade atualmente restrita às distribuidoras, que assumem a responsabilidade pela segurança.

— O governo deveria pensar em outras medidas mais efetivas se de fato quer dar mais acesso às pessoas mais carentes. Poderia pensar em tarifas sociais, como são praticadas na energia elétrica, e em reduzir a carga tributária (sobre o gás) — diz Pires.

RISCOS NA RECARGA

Para Sergio Bandeira de Mello, presidente do Sindigás, que reúne as distribuidoras, a venda fracionada não é uma demandados consumidores:

— Uma embalagem fracionada é tudo menos social, porque o produto sai mais caro. Além disso, não vemos essa demanda. As pessoas querem o serviço de entrega.

Para Oddone, o custo pode cair com a possibilidade de o cliente ir até o ponto de recarga, eliminando o custo de distribuição e entrega. Além disso, prevê mais competição entre as distribuidoras com outra medida em estudo pela ANP: o fim dos botijões com marca de distribuidoras. A ideia é acabar com a prática atual, que obriga o consumidor a trocar seu botijão vazio por um cheio da mesma marca.

— O consumidor vai andar pelas ruas com o botijão meio cheio e pode se envolver em um acidente. Quem encheria os botijões? É uma prática perigosa para ser feita, seria necessária uma mão de obra qualificada. Fora isso, quem iria fazer a fiscalização? A ANP não teria condições de fiscalizar todos os postos de recarga — questiona Adriano Pires.

Órgãos de defesa do consumidor veem a necessidade de fiscalização.

— Somos favoráveis a todas as medidas que aumentam as opções do consumidor, mas seria necessário educar a população para essa nova realidade e ser explicado aos órgãos de defesa do consumidor com quem ficaria a responsabilidade (da recarga) — diz Juliana Moya, da área de Relações Institucionais da Proteste.

O diretor-geral da ANP afirmou que serão discutidas mudanças na regulação para que não haja prejuízo à segurança:

— A legislação de hoje é para o mercado de hoje. A regulação seria outra. Não haveria risco para o consumidor. Estamos fazendo estudos para entender as melhores opções.

VEÍCULO: O Globo**Data: 25/07/2019****Seção: Economia****Autor: RENNAN SETTI****Título: Previ e Opportunity ampliam participação na BR**

Fundo de pensão e gestora estariam entre os maiores compradores da oferta de ações da rede de combustíveis. Papéis da empresa têm alta de 1,2%, com expectativa de maior eficiência e aumento na margem de lucro

As ações da BR Distribuidora subiram 1,2% ontem na Bolsa, um dia após a Petrobras vender seu controle sobre a rede de postos de combustíveis, em mais um sinal de que os investidores esperam que a transação traga mais eficiência à empresa. Com a oferta, os acionistas que mais aumentaram sua participação na companhia são a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, e a gestora do Opportunity, segundo fonte a par de detalhes da transação. Mas acionistas e analistas argumentam que a "privatização" da companhia esbarra em uma participação ainda elevada da Petrobras e em um processo de venda de papéis que não proporcionou a esperada pulverização de seu capital.

A expectativa dos investidores é que, sem as restrições regulatórias impostas a estatais, a BR conseguirá aproximar sua lucratividade daquela exibida pelas concorrentes Shell e Ipiranga.

— A margem de lucro da BR Distribuidora por cada metro cúbico de combustível vendido é menor que a das rivais. Estando livre para comprar e contratar serviços sem necessidade de licitação e para demitir e contratar como quiser, a tendência é que ela passe a disputar em pé de igualdade — observou Leonardo Rufino, gestor da Pacífico Gestão de Recursos.

Mas, além da maior eficiência esperada, alguns acionistas queixaram-se de que a oferta não proporcionou a pulverização do capital que se esperava. Diversos gestores reclamaram ontem ter adquirido menos ações do que gostariam da BR. Embora isso indique que a demanda foi elevada, eles atribuem o descompasso ao fato de o processo ter privilegiado alguns acionistas. Segundo uma fonte, a instituição que garantiu maior alocação na oferta foi a Previ. Especula-se que a fundação tenha conseguido comprar cerca de R\$ 600 milhões em papéis, volume próximo a 2% do capital da BR.

Antes da oferta, a Previ já tinha fatia de cerca de 2% da BR, sem contar uma participação indireta por meio do seu investimento na Petrobras, da qual detém 1,7% do capital. Procurada, a Previ não comentou.

Depois do fundo de pensão, a maior alocação seria da gestora do banco Opportunity, seguida por gestoras como SPX e Atmos.

— Vários fundos tiveram alocação aquém do que poderiam ter. Com alguns acionistas tendo uma participação muito maior do que outros, fica muito difícil que os minoritários consigam promover alguma mudança na direção na empresa, se assim desejarem — criticou um gestor.

A Petrobras vendeu uma fatia de 30% na BR Distribuidora, embolsando R\$ 8,56 bilhões e reduzindo sua fatia na companhia para 41,25%. Mas a expectativa do mercado é que o volume seja acrescido de um lote suplementar, como previsto no prospecto da oferta, levando o valor total para R\$ 9,6 bilhões e deixando a Petrobras com fatia ainda menor, de 37,5%.

DESDE 2017, SALTO DE 64,5%

Mas, como o restante do capital estará espalhado entre centenas de investidores, na prática a companhia vai determinar os rumos da BR, ponderaram especialistas — embora a estatal deva indicar apenas três de nove conselheiros da empresa. A BR deve convocar assembleia extraordinária de acionistas para decidir sobre a recomposição do conselho.

— A Petrobras perdeu o controle absoluto, mas tem uma posição que dificilmente será alcançada por outro conjunto de sócios. Por isso, a privatização é relativa — afirmou Luiz Francisco Caetano, analista da corretora Planner.

Mesmo assim, Caetano prevê que, sem o controle absoluto da Petrobras, a empresa conseguirá reduzir custos e aumentar sua rentabilidade. Ele estima que a ação terminará o ano em R\$ 31,17,8% acima dos R\$ 26,32 de ontem.

Desde que abriu seu capital na Bolsa, em dezembro de 2017, o valor da BR na Bolsa subiu 64,5%, aumentando R\$ 12 bilhões. Hoje, a companhia vale R\$ 30,6 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/07/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Venda atrai investidores estrangeiros

Análise

A privatização da BR Distribuidora, selada na terça-feira à noite, traduz o alto interesse de investidores (sobretudo estrangeiros) na enxurrada de ativos postos à venda pelo governo e satisfaz a estratégia da Petrobras de focar naquilo que o mercado chama de seu core business: exploração e produção de petróleo.

A Petrobras não vendeu seu controle na BR porque o negócio dava prejuízo — só no ano passado, a rede de postos de combustíveis, considerada a "joia da coroa", lucrou R\$ 3,2 bilhões —, mas porque o objetivo do seu comando, e o do governo, é mudar seu direcionamento.

Com a perspectiva de atingir R\$ 9,6 bilhões, a transação foi a maior oferta na Bolsa brasileira desde os R\$ 16,1 bilhões levantados pela Telefônica há quatro anos e vai se somar ao bolo que a Petrobras vem acumulando com a venda de negócios que estão fora do seu novo foco.

No mês passado, a Petrobras colocou para dentro do seu caixa R\$ 31,5 bilhões (já descontada a dívida) com a venda da 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), que opera a rede de gasodutos nas regiões Norte e Nordeste, para o consórcio formado pela francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ).

A venda só foi possível depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter liberado a venda de subsidiárias por estatais sem necessidade de aval do Legislativo ou de licitação.

A decisão reforça o plano da Petrobras de abrir mão de uma série de ativos considerados acessórios para reduzir seu endividamento e concentrar esforços na exploração do pré-sal, cuja complexidade técnica e logística impõe pesado consumo de capital. A companhia já prevê que afatiado pré-sal na produção total de petróleo subirá de 49% para até 60% este ano e quer estar mais enxuta para acelerar esse processo.

Segundo especialistas, isso faz sentido porque a Petrobras tem uma expertise única na exploração em áreas super profundas e porque o mercado de energia passa por uma transição, com a expectativa de que o petróleo perca gradativamente importância na matriz energética global nas próximas décadas. Ou seja, é preciso extrair a commodity o quanto antes.

A estatal já se comprometeu, por exemplo, a vender toda a sua participação direta e indireta em empresas de transporte e distribuição de gás — ela é sócia de 20 das 27 empresas que operam nesse mercado. Além disso, está

interessada em vender oito refinarias em até dois anos e busca um comprador para sua fatia na petroquímica Braskem.

Se a Petrobras fica mais enxuta e eficiente, operações como essa também atendem à agenda liberal que a equipe econômica tenta impor. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem reiterado que a presença da Petrobras nos segmentos de gás e refino é um empecilho à competição e ao barateamento dos combustíveis. Resta saber se o plano do governo resultará na queda de preços prometida. Até agora, os investidores parecem acreditar na narrativa.

Do ponto de vista da BR Distribuidora, os investidores — como gestoras de recursos, fundos de pensão e bancos estrangeiros — apostam em uma mudança na gestão da companhia, embora ainda não se conheçam planos concretos.

Acredita-se que, sem um controlador estatal, a BR poderá ser mais eficiente, aprimorar sua governança e recuperar fatias de mercado que vinha perdendo. Outro fator será a maior pulverização das ações na Bolsa, o que tende a aumentar a liquidez do ativo (ou seja, facilidade para comprar e vender o papel).

Para o consumidor, porém, não estão claros os efeitos da mudança no controle da empresa (o tema não costuma surgir em relatórios de bancos de investimento). Resta aguardar o que será anunciado pela nova gestão da BR.

(Rennan Setti)

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A vez de Salim Mattar

Depois do anúncio do novo mercado do gás, Bolsonaro se prepara para anunciar com pompa, na semana que vem, medidas na área da privatização. O empresário Salim Mattar — fundador da Localiza e que assumiu em janeiro a secretária especial de Desestatização prometendo arrecadar R\$ 1 trilhão com a venda de umas 100 estatais — anunciará na solenidade a lista das primeiras colocadas à venda: entre 5 e 10 empresas.

A conta não fecha

Veja como é dura a vida, hoje, de algumas empreiteiras. A Petrobras alugou quatro plataformas de extração de petróleo. Três da Queiroz Galvão (Alfa, Gold e Laguna Star) e uma da Odebrecht (Norbe VI). A questão é que o aluguel foi

fechado entre US\$ 135 mil e US\$ 160 mil por mês, mas só o custo de manutenção das plataformas para as empreiteiras é de mais de US\$ 170 mil mensais.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)

Título: CUSTO ESTATAL

A Petrobras ainda vai manter muito poder na BR Distribuidora, mas com a venda das ações os minoritários terão como se defender em casos de ingerência política, diz um ex-conselheiro das duas empresas. O aumento da eficiência é um dos principais ganhos que essa diluição poderá trazer para a companhia. O desempenho da BR era sistematicamente pior do que o de suas concorrentes. No fim de 2018, a margem da geração operacional de caixa (Ebitda) por metro cúbico vendido foi de R\$ 62 na BR. Muito atrás dos R\$ 92 da Ipiranga e dos R\$ 116 da Raízen (Shell).

A colunista está de férias.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 25/07/2019

Seção: Economia

Autor: Alessandra Azevedo/Ingrid Soares

Título: Privatizada, BR se valoriza

As ações da BR Distribuidora fecharam o dia em alta de 1,19%, vendidas por R\$ 26,32, no primeiro pregão como empresa de capital privado. Como reflexo do anúncio da venda de 30% da participação da Petrobras, na noite de terça-feira, os papéis chegaram a ser cotados a R\$ 27,63, maior preço desde a abertura de capital na bolsa, em dezembro de 2017.

Com a venda, a estatal arrecadou R\$ 8,6 bilhões e passou a deter 41,25% do capital da subsidiária de postos de combustíveis. Antes, controlava 71,25%. Assim, a Petrobras deixou de ser a maior acionista da distribuidora, que passou a ter mais capital privado do que estatal.

A negociação pode render um volume ainda maior nos próximos dias e chegar a R\$ 9,6 bilhões. Isso porque, além dos quase 350 milhões de ações que foram

vendidas, por R\$ 24,50 cada uma, ainda há um lote suplementar de 43,7 milhões de papéis, que serão ofertados pelo mesmo preço. Caso a operação se concretize, a participação da Petrobras na BR cairá para 37,5%. Até 2017, a estatal era a única proprietária da distribuidora.

Com a saída da Petrobras do controle da companhia, os bancos avaliam que a estatal terá mais eficiência e poderá atrair mais investidores. A BR, que hoje precisa fazer licitação para distribuir os produtos pelo menor preço oferecido, poderá fazer contratos mais flexíveis e com condições mais vantajosas. O objetivo da operação é levantar recursos para o pagamento de dívidas e para investimento na exploração do pré-sal.

A privatização da BR faz parte do plano desinvestimentos da Petrobras, que vendeu 90% das operações da TAG, subsidiária de gasodutos, por R\$ 33 bilhões, em junho. No radar, também estão a venda de oito das 13 refinarias e da distribuidora Liquigás, além de 15 usinas térmicas e redes de postos em outros países.

Para o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do DF (Sindicombustíveis), Paulo Tavares, o impacto da venda das ações vai depender se haverá ou não o processo de verticalização no país, que é quando a distribuidora vende diretamente para o consumidor. “Para acontecer, deve haver uma mudança na lei. O próprio Conselho Nacional de Política Energética pediu prazo de 180 dias para analisar uma possível verticalização. Mas, se fizer isso com combustíveis, vai poder fazer a mesma coisa com as bebidas, então, está muito obscuro”, comentou.

Mercados

A venda das ações da BR ajudou a segurar o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), na casa dos 104 mil pontos. Ao fim do pregão de ontem, a alta foi de 0,4%, a 104.119 pontos, com volume financeiro negociado de R\$ 16,04 bilhões. O dólar comercial ficou praticamente estável em relação ao dia anterior, com queda de 0,09%, cotado a R\$ 3,769. Os agentes econômicos esperam uma nova rodada de corte de juros pelos principais bancos centrais, o que pode beneficiar moedas emergentes, como o real.

O Ibovespa tem operado com menor volatilidade devido ao recesso parlamentar, que suspende as negociações no Congresso sobre as reformas da Previdência e tributária. A privatização da BR foi um dos destaques positivos no cenário doméstico, mas a bolsa também reagiu à liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), anunciada pela equipe econômica do governo.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, confirmou que o limite de saque será de R\$ 500 por conta, não por CPF, e que deve atingir R\$ 30 bilhões este ano. “Os dados frustraram, uma vez que se falava em saques de até 35% do total no lançamento”, comentou Alvaro Bandeira, economista-chefe do banco digital Modalmais. Ele acrescentou que o Ministério da Economia especificou melhor as bases do saque e acrescentou que não faltarão recursos para construção, doenças e aposentadoria.

MME / ASCOM .